

Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM № 123/2020) DE 20/08/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Silas Câmara (REPUBLICANOS - AM) - O Deputado criticou a decisão do Ministério Público Federal do Amazonas, que determinou a destruição de todas as balsas no Rio Madeira em 10 dias, alegando proteção ambiental de indígenas e ribeirinhos. Afirmou que a medida prejudica o extrativismo mineral familiar, principal fonte de renda de cerca de 4 mil famílias na região. Também destacou que a atividade já funcionou sob proteção legal e acusou o Governo, órgãos ambientais, Polícia Federal e Ministério Público de tratarem os trabalhadores de forma humilhante.

Marreca Filho (PRD - MA) - O Deputado anunciou que o Governador do Maranhão vem sofrendo perseguições e ameaças por parte de alguns atores políticos, que estariam criando um clima de insegurança jurídica e instabilidade no Estado. Ressaltou que essas ações não têm relação com a legalidade ou com problemas judiciais do Governador, que possui trilha de mais de 30 anos de vida pública sem registro de irregularidades. Por fim, afirmou que a oposição busca poder pelo interesse próprio e reforçou a importância de manter o Maranhão próspero, em crescimento e gerador de oportunidades para toda a população.

Padre João (PT - MG) - O Deputado defendeu a importância das colônias de pescadores para garantir os direitos da categoria e apresentou emenda à Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que também trata do acesso ao seguro-defeso, para impedir que Prefeituras assumam essa função. Lembrou que faltam 13 dias para o julgamento de Bolsonaro e sua equipe, previsto para 2 de setembro, e alertou para a necessidade de novas ações contra Parlamentares que atuem contra o Brasil. Citou especificamente Eduardo Bolsonaro, afirmando que a soberania do País não pode ser ameaçada e sugeriu que o Presidente Hugo Motta paute a cassação do Deputado por sua participação em atividades contrárias aos interesses nacionais.

Franciane Bayer (REPUBLICANOS - RS) - A Deputada registrou a presença dos fundadores do Projeto Criança Cidadã, André e Márcia, no plenário, destacando que o programa, iniciado há 16 anos no Rio Grande do Sul, atende hoje mais de 1.500 crianças em vulnerabilidade social, oferecendo oficinas, educação, cultura e lazer, em um ambiente seguro que valoriza a infância.

Thiago de Joaldo (PP - SE) - O Deputado denunciou o colapso da saúde em Sergipe, destacando atrasos no início do tratamento oncológico e falta de medicamentos essenciais, que resultaram na morte de um jovem paciente. Também relatou o falecimento de um bebê de 3 meses à espera de leito pediátrico e problemas nos



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

hospitais filantrópicos que enfrentam atrasos de pagamento do Governo do Estado, apesar de recursos disponíveis. Por fim, informou que a Comissão de Saúde realizará um seminário em setembro no Estado para debater soluções, reunindo profissionais de saúde, autoridades e representantes da sociedade civil.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado abordou conquistas e problemas do Maranhão, destacando o reconhecimento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como Patrimônio Natural da Humanidade, atribuindo o mérito ao Governador Carlos Brandão. Denunciou perseguições políticas contra o Governador, incluindo uso indevido de decisões do STF, ameaças e intimidações, além de bloqueios na nomeação de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Estado.

José Airton Félix Cirilo (PT - CE) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que estabelece responsabilidade das plataformas digitais para garantir ambientes seguros para crianças e adolescentes. Destacou riscos graves do mundo digital, como exploração sexual, bullying, vícios digitais e chantagem, citando dados das Nações Unidas sobre mais de 300 milhões de vítimas de abuso online em 12 meses. Também enfatizou que o projeto prevê mecanismos de controle parental, restrição de contato de adultos com menores, proibição de *loot boxes* e prevenção de bullying, sem retirar a responsabilidade dos pais.

Alceu Moreira (MDB - RS) - O Deputado afirmou que, durante a operação Lava-Jato, o Brasil teve a impressão de um "contrato de integridade nacional", com criminosos confessando crimes e devolvendo recursos. Criticou a gestão do Presidente Lula, afirmando que o sistema se reorganizou e pessoas se beneficiam de tecnicalidades para liberar envolvidos em corrupção. Também destacou que a instalação da CPI do INSS representou uma oportunidade de responsabilizar responsáveis por fraudes e evitar que processos fossem arquivados, considerando que uma eventual CPI "chapa-branca" poderia encobrir irregularidades.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, como medida urgente para proteger crianças no ambiente digital, estabelecendo barreiras contra conteúdos impróprios, restringindo publicidade abusiva e responsabilizando quem lucra com a exploração infantil. Também ressaltou que cada dia sem a lei representa mais risco à infância e conclamou o Parlamento a agir para garantir a proteção e o futuro das crianças.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado comemorou a conquista da Presidência e da relatoria da CPMI do INSS pela Oposição, destacando que isso garante fiscalização rigorosa sobre irregularidades. Afirmou que o



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

objetivo é responsabilizar os envolvidos no desvio de recursos de aposentados e pensionistas, defendendo que a lei seja aplicada para que os responsáveis devolvam o dinheiro.

Leur Lomanto Júnior (UNIÃO - BA) - O Deputado manifestou solidariedade à população de Vera Cruz (BA) e ao Prefeito Igor diante da interdição da ponte de Mar Grande pelo Governo do Estado. Classificou a medida como arbitrária, destacando que a comunidade não foi consultada nem houve diálogo prévio. Também criticou o histórico de mais de 15 anos de promessas não cumpridas sobre a ponte que ligaria Salvador (BA) a Itaparica (BA) e afirmou que a ação do Governo demonstra falta de respeito com os moradores da ilha.

Dr. Victor Linhalis (PODE - ES) - O Deputado prestou homenagem à Igreja Batista do Espírito Santo, celebrando seus 122 anos de atuação espiritual, social e educacional. Ressaltou que a trajetória da igreja vai além da fé, abrangendo acolhimento familiar, formação de jovens e promoção de valores sociais.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou a 5º Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, realizada em Brasília após 10 anos, reunindo representantes de todas as regiões do País. Reforçou a importância do SUS como proteção da vida e da dignidade dos trabalhadores e citou dados da Previdência Social sobre afastamentos por transtornos mentais relacionados ao trabalho, que aumentaram 68% em 2024. Também apresentou projeto de lei que altera a CLT para promover a saúde mental no ambiente laboral, com medidas de prevenção de riscos e apoio psicológico aos trabalhadores.

Franciane Bayer (REPUBLICANOS - RS) - A Deputada afirmou que o Brasil vive um processo crescente de adultização da infância, presente não só nas redes sociais, mas também em músicas, danças, roupas, propagandas e até em exposições culturais, o que rouba a inocência das crianças e as torna vulneráveis à violência e ao abuso. Destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, apresentado após a denúncia do influenciador Felca, reconhecendo seus avanços, mas alertando para os riscos de que a proteção seja usada como pretexto para censura ou para criação de órgãos reguladores sem transparência. Também criticou o Governo por obstruir projetos contra a erotização infantil nas escolas, ao mesmo tempo em que defende urgência na pauta da adultização, e questionou se o objetivo é realmente proteger crianças ou controlar as redes sociais. Finalizou defendendo que a infância deve ser tratada como algo sagrado, cabendo a famílias, sociedade e Estado garantir uma proteção real, sem abrir mão da liberdade de expressão.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado denunciou a decisão do Governador Ratinho Jr. de privatizar a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, empresa pública de tecnologia do



1 0 ,

Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Paraná, contrariando promessa anterior. Explicou que o leilão, previsto para 2025, pode render até R\$ 3,5 bilhões, mas coloca em risco a segurança de dados sigilosos de milhões de cidadãos, ameaça a Lei Geral de Proteção de Dados e pode gerar demissões em massa. Por fim, anunciou ações no Congresso e possível provocação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para barrar a venda.

Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ) - A Deputada destacou os 103 anos de existência do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e reafirmou o compromisso do partido com a soberania nacional e os direitos do povo brasileiro. Informou que estão sendo realizadas conferências democráticas no Estado do Rio de Janeiro, com renovação de quadros, planejamento estratégico e fortalecimento da militância. Mencionou os encontros em Petrópolis (RJ), São João da Barra (RJ) e Paty do Alferes (RJ), e convidou homens e mulheres a se engajarem, ressaltando que o PCdoB se apresenta como o único partido revolucionário do País.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado destacou que as redes sociais são o palco central da liberdade de expressão, mas alertou para o uso criminoso dessas plataformas por pedófilos e exploradores da infância. Citou o vídeo Adultização, do influenciador Felca, que expôs como conteúdos impróprios envolvendo crianças circulam livremente, impulsionados por algoritmos e pela omissão das *big techs*. Além disso, defendeu que o Parlamento transforme a indignação social em leis para proteger menores, com punições severas a abusadores digitais, fortalecimento da investigação policial e responsabilização das plataformas que lucram sem garantir segurança. Rejeitou a ideia de censura, frisando que o alvo não é o cidadão de bem, mas quem atenta contra as crianças. Concluiu afirmando que defender a infância é defender o futuro do Brasil.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias, defendeu a aprovação da aposentadoria especial da categoria, já prevista na Constituição, mas que depende de regulamentação pelo Projeto de Lei Complementar nº 185, de 2024, em tramitação no Senado. Destacou o parecer favorável do Senador Wellington Fagundes e a expectativa de que o projeto seja pautado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo Senador Renildo Calheiros. Também apontou a necessidade de recompor o quadro de agentes, ressaltando que o fortalecimento da atenção básica é fundamental para prevenir doenças, reduzir a lotação dos hospitais e garantir saúde de qualidade. Concluiu afirmando que a regulamentação da aposentadoria especial é um direito justo, legal e constitucional, que precisa ser entregue o quanto antes aos agentes.

Ismael (PSD - SC) - O Deputado manifestou indignação em relação às críticas recebidas após a tramitação de proposição que endurece o Código de Ética e o Regimento Interno da Câmara. Afirmou que não houve votação de mérito, apenas de tramitação, e rechaçou boatos de alinhamento com o Governo Lula ou de



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

rompimento com a bancada catarinense. Além disso, destacou que seu posicionamento é firme contra qualquer tentativa de cercear a liberdade de expressão dos Parlamentares, seja no plenário ou nas redes sociais, e que seguirá votando contra medidas de censura. Por fim, criticou "blogueiros abutres" e "lobos vorazes" que distorcem sua trajetória política, reafirmando seus valores conservadores, princípios éticos inegociáveis e sua luta pela livre manifestação e pela Nação brasileira.

Magda Mofatto (PRD - GO) - A Deputada informou que a Comissão de Turismo (CTUR) realizará uma audiência pública para debater o reconhecimento de Caldas Novas (GO) como capital nacional das águas termais. Destacou a presença de representantes dos segmentos organizados do Município em Brasília (DF) para participar da discussão e lembrou que a cidade recebe anualmente grande número de turistas do Brasil e do exterior.

Paulão (PT - AL) - O Deputado manifestou solidariedade ao influenciador Felca, destacando sua importância em denunciar a adultização de crianças e defender a urgência da aprovação do projeto que combate pedofilia, terrorismo digital e incentivo ao suicídio infantil, impondo regulação às *big techs*. Criticou a extrema direita, que, segundo ele, resiste por interesses ligados às plataformas digitais. Também condenou a atuação de Jair Bolsonaro e sua família, acusando-os de organizar ações contra o Brasil, inclusive com articulações nos Estados Unidos que prejudicariam a economia nacional. Por fim, elogiou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, que reafirmou que leis internacionais só têm validade com homologação do STF, fortalecendo a soberania nacional.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado celebrou a importância da Lei Complementar nº 150, de 2015, que ampliou direitos às trabalhadoras domésticas, mas ressaltou que ainda há ajustes a serem feitos. Informou que está acontecendo em Luziânia (GO) o 13º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, do qual participa uma delegação do ABC paulista, acompanhada de lideranças locais e apoiadores. Destacou que essas mulheres, em sua maioria mães, desempenham um papel fundamental no cuidado das casas e famílias brasileiras, muitas vezes cuidando também dos filhos de seus empregadores. Por fim, enfatizou que a categoria merece respeito, reconhecimento e valorização, e reafirmou seu compromisso em apoiar sua luta por mais direitos.

Mersinho Lucena (PP - PB) - O Deputado destacou a importância do direito de ser criança e de brincar, alertando para a perda de referências infantis após a proibição de comerciais de brinquedos, que levou ao desaparecimento dos programas voltados para esse público e ao enfraquecimento da indústria nacional de brinquedos. Afirmou que essa lacuna foi preenchida pelas telas de celulares, onde crianças acabam expostas a



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

conteúdos nocivos, como violência, pornografia e pedofilia, contribuindo para a adultização precoce. Defendeu que o brincar é essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e psicológico, e que a sociedade precisa criar novos ambientes digitais seguros e educativos, resgatando a ludicidade como pilar de uma infância plena e saudável.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que determinou a indenização a uma mulher denunciada por um hospital após realizar um aborto ilegal e buscar atendimento médico. Alegou que ao considerar que houve violação de direito fundamental, o Ministro estaria incentivando a prática do aborto ilegal. Além disso, comparou a situação à de um homicídio contra um adulto, argumentando que a diferença é apenas temporal entre a vida de um feto e a de uma pessoa adulta, e classificou a decisão como um erro grave.

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada destacou a importância da proteção integral da infância e da adolescência, citando o impacto do vídeo-denúncia do influenciador Felca sobre a adultização e exploração de crianças. Em seguida, lembrou que, em Salvador, quando foi Vereadora e Secretária de Infância, instituiu a Semana de Prevenção e Combate à Adultização, Sexualização e Erotização de Crianças e Adolescentes, transformada em lei em 2018. Defendeu que o Congresso trate do tema com seriedade e elogiou a criação de uma comissão para isso. Além disso, prestou solidariedade às famílias de Alexsandra, Maria Helena e Mariana, três mulheres assassinadas em Ilhéus (BA), cobrando justiça e reforçando a necessidade de maior proteção às mulheres diante da violência crescente.

Daniela do Waguinho (UNIÃO - RJ) - A Deputada parabenizou a condução da Comissão Geral sobre a adultização infantil nas redes sociais, ressaltando que a proteção das crianças é uma urgência nacional. Citou dados do Comitê Gestor da Internet e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que mostram a alta exposição de crianças ao ambiente digital e seus riscos. Destacou seu Projeto de Lei nº 3.894, de 2025, que institui o Botão de Alerta Infantil nas plataformas digitais, para denúncia e retirada preventiva de conteúdos com indícios de exposição abusiva ou sexualização de crianças e adolescentes, permitindo que qualquer cidadão denuncie conteúdos suspeitos, que deverão ser ocultados em até 2 horas, analisados por especialistas e encaminhados às autoridades. Enfatizou que a medida não representa censura, mas proteção da dignidade e da infância, cobrando responsabilidade das plataformas digitais que lucram bilhões enquanto crianças ficam expostas à exploração. Por fim, lembrou que defender a infância é tarefa de toda a sociedade e prioridade do Parlamento.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado afirmou que a Câmara tem uma oportunidade histórica de priorizar a proteção integral de crianças e adolescentes, sobretudo no ambiente digital. Destacou que o debate não é sobre censura, mas sim sobre responsabilizar as plataformas, criando leis que permitam regular, proibir, penalizar e eliminar conteúdos ligados à exploração sexual. Defendeu que as proposições em regime de urgência sejam apreciadas com prioridade absoluta para garantir a defesa da infância e da adolescência no Brasil.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado criticou a instabilidade jurídica supostamente gerada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), citando o Ministro Flávio Dino que teria desestabilizado o ambiente de negócios. Destacou que a responsabilidade não é apenas do Judiciário, mas principalmente da omissão da Câmara dos Deputados, que permitiu o crescimento sem limites do Supremo. Por fim, defendeu que cabe ao Parlamento impor limites ao Judiciário para restabelecer o equilíbrio entre os Poderes e garantir segurança jurídica ao País.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada defendeu o Pastor Silas Malafaia, afirmando que ele está sendo alvo de perseguição política e religiosa por parte do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, ao ser incluído em um inquérito com acusações de crimes como coação, obstrução de investigação e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. Afirmou que essas acusações seriam apenas uma forma de criminalizar opiniões e posicionamentos religiosos, lembrando perseguições ocorridas em países como a Nicarágua. Além disso, destacou o papel de Malafaia como voz forte contra o aborto, as drogas, o ativismo LGBT e ataques à fé cristã. Por fim, fez um alerta aos fiéis de que a perseguição ao pastor representa uma ameaça a todos os cristãos e pediu que a Câmara não seja omissa diante do que considera um ataque à liberdade de expressão e de religião no Brasil.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado registrou sua participação em dois eventos religiosos: a procissão de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Cícero Dantas (BA), ao lado da liderança política Kael, e o Dia do Evangélico em Ribeira do Pombal (BA), junto ao Prefeito Eriksson e ao Vereador Irmão Ezequias. Por fim, destacou a importância desses momentos de fé e convivência comunitária, celebrados com romaria, música gospel e cultos ecumênicos, reunindo católicos e evangélicos das duas cidades.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado parabenizou o Governo Lula pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, destacando que, na última semana, todos os Municípios de Sergipe com menos de 50 mil habitantes foram contemplados com 20 ou 40 casas. Ressaltou que o programa está em pleno andamento, elogiou a atuação



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal (CEF) e das entidades parceiras, e celebrou o impacto da iniciativa em levar dignidade à população brasileira, especialmente aos beneficiários sergipanos.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada celebrou sua indicação para o Grupo de Trabalho nº 6 da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, destacando a importância da conferência como espaço democrático de participação da classe trabalhadora. Ressaltou que a saúde do trabalhador é um direito constitucional ainda desafiado por jornadas exaustivas, como a escala 6x1, que adoece e aumenta o risco de acidentes. Em seguida, defendeu seu Projeto de Lei nº 67, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 12.790, de 2013, para estabelecer que a duração normal do trabalho não poderá exceder quarenta horas semanais e para garantir ao menos dois dias semanais de repouso remunerado aos trabalhadores; apontando-o como medida de saúde pública e valorização da classe trabalhadora. Por fim, apelou ao apoio dos Parlamentares, reafirmando seu compromisso com a democracia participativa, o fortalecimento dos conselhos municipais e a dignidade da classe trabalhadora.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado celebrou o que chamou de derrotas da esquerda, citando a vitória da direita na Bolívia, a crise de Maduro na Venezuela e a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que, segundo ele, investigará um grande esquema de corrupção ligado ao Governo. Além disso, alertou para tentativas de mudar a composição da CPMI. Por fim, destacou como vitória democrática a aprovação do voto impresso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, defendendo maior transparência eleitoral.

Waldenor Pereira (PT - BA) - O Deputado destacou uma reunião com o Secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner, sobre melhorias na infraestrutura de segurança em Vitória da Conquista (BA). Ressaltou que o Governador Jerônimo Rodrigues autorizou recursos para modernizar três delegacias e anunciou a construção de duas novas unidades voltadas à infância e juventude. Salientou ainda o empenho do delegado regional Roberto Júnior na requalificação do sistema de segurança local, que apresentou baixos índices de criminalidade. Além disso, informou a publicação no Diário Oficial da União do resultado da licitação para pavimentação e restauração da BA-415, no trecho entre Barra do Choça (BA) e Vitória da Conquista (BA), obra de 30,25 km considerada estratégica para o escoamento da produção de café na região.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Cultura, de projeto de sua autoria que reconheceu Alberto Pasqualini como Herói da Pátria. Destacou a trajetória de Pasqualini, que foi Vereador em Porto Alegre, Deputado Estadual, Senador, Ministro do Trabalho e formulador do ideário



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

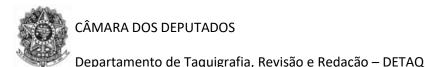
trabalhista, em sintonia com Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Ao finalizar, afirmou que o reconhecimento reforçou o legado histórico desse líder gaúcho no Panteão da Pátria.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado repudiou a invasão da Câmara dos Deputados em agosto de 2025, promovida pela extrema direita, que paralisou os trabalhos por 36 horas. Sobre o assunto, afirmou que o motim ocorreu após a decretação da prisão domiciliar do ex-Presidente Bolsonaro, determinada pelo Supremo Tribunal Federal por descumprimento de medidas cautelares. Classificou a ação como extrarregimental e defendeu que a Presidência da Casa aplicasse as penalidades previstas no Regimento, a fim de evitar a repetição de atos que afrontassem a democracia. Também ressaltou que a obstrução impediu a votação de temas como tributação progressiva, escala de trabalho, IOF e taxação dos super-ricos, essenciais para o enfrentamento da desigualdade.

Dilceu Sperafico (PP - PR) - O Deputado destacou a realização da 52ª Festa do Porco no Rolete, em Toledo (PR), considerada a maior festa gastronômica do País dedicada à carne suína. Ressaltou que o Município liderou por mais de uma década o PIB agropecuário estadual e que o evento, que reúne mais de 30 mil pessoas, promove nacionalmente a cidade e a proteína suína. Também enalteceu o trabalho do Presidente do Clube Caça e Pesca, Luiz Carlos Brixner, e do Presidente da festa, Jair Roberto Pagnussat, responsáveis pela organização. Por fim, convidou a população a prestigiar a celebração, que se consolidou como um marco cultural e gastronômico de Toledo (PR).

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que o Governo Lula apresentou soluções para problemas criados pelo bolsonarismo. Nesse contexto, citou a fome, que atingiu 33 milhões de pessoas, enfrentada com a recriação de programas sociais, valorização do salário mínimo e isenção do Imposto de Renda da cesta básica. Ressaltou que, no campo econômico, o atual Governo obteve crescimento do PIB, controle da inflação, apoio à indústria e redução do desemprego. Também destacou o Plano Brasil Soberano, lançado para enfrentar o "tarifaço" decorrente de medidas do governo norte-americano, garantindo empregos e apoio a exportadores. Ao concluir, contrapôs a extrema direita, que classificou como criadora de crises, ao Presidente Lula, que devolveu respeito e avanços ao País.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado fez uma reflexão sobre o papel das autoridades e o sentido do serviço público, destacando que autoridade deve ser vista como missão para promover o bem coletivo, não como busca de poder ou vaidade. Criticou a degradação do debate político e o ambiente de ódio nas redes sociais, defendendo que liberdade de expressão não pode significar agressão. Além disso, ressaltou pautas prioritárias como a ampliação da isenção do Imposto de Renda, a reforma administrativa e o fortalecimento



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

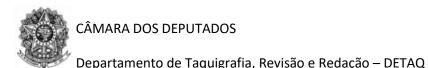
da agricultura familiar, saúde, educação e saneamento. Lembrou sua atuação municipalista, leis e propostas de emenda à Constituição aprovadas em prol da Defesa Civil e destacou a destinação de mais de R\$ 313 milhões aos Municípios capixabas.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada registrou a realização, em Brasília, entre 19 e 24 de agosto, do Congresso Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos, promovido pela Fenatrad. Destacou a relevância do evento como espaço de construção de políticas públicas, de enfrentamento à exploração laboral e de defesa do trabalho digno. Além disso, fez uma homenagem às trabalhadoras domésticas do País ao lembrar a trajetória de sua mãe, D. Odete Silva dos Santos, que aniversariou na data. Ressaltou o orgulho de ser filha de uma mulher que construiu sua vida com dignidade e consciência política, tornando-se inspiração para sua atuação em defesa dos direitos sociais.

General Girão (PL - RN) - O Deputado registrou o Dia Mundial da Maçonaria, celebrado em 20 de agosto. Destacou que a instituição, presente em todo o Brasil, reúne pessoas que professam fé em Deus e têm como princípio a prática do bem, a solidariedade e a ajuda aos necessitados. Ressaltou ainda que a maçonaria atua em áreas como escolas, hospitais e clínicas, contribuindo para a sociedade. Ademais, frisou que aqueles que possuem falhas de caráter ou pendências com a Justiça não permanecem na ordem, que preza pela integridade de seus membros. Ao final, parabenizou todos os maçons pela data comemorativa.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado registrou a presença de Geovane Reis Sales, de Rondonópolis (MT), durante a Semana de Gastronomia Regional mato-grossense promovida pelo Senac nos restaurantes da Câmara e do Senado. Destacou que o evento levou à Casa pratos típicos do Estado e ressaltou a trajetória de Geovane, que é Vice-Presidente da Fecomércio em Mato Grosso e Presidente do Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Rondonópolis. Afirmou ainda que o convidado tem contribuído ativamente para o fortalecimento do comércio e da economia local. Por fim, agradeceu a visita e deu boas-vindas ao representante do setor empresarial.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado registrou a presença, no Congresso Nacional, do Parlamentar português Daniel Teixeira, do Partido Chega. Destacou que o convidado é defensor das liberdades e apresentou um voto de condenação às violações de direitos humanos do Supremo Tribunal Federal, em especial ao Ministro Alexandre de Moraes. Agradeceu também a lideranças do partido português, como André Ventura e Rita Matias, ressaltando a atuação conservadora voltada à juventude. Além disso, afirmou que a visita fortaleceu o diálogo entre representantes brasileiros e portugueses e reforçou a presença da pauta conservadora no cenário internacional.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

David Soares (UNIÃO - SP) - O Deputado registrou os 45 anos da fundação da Igreja Internacional da Graça de Deus, criada por R. R. Soares em Duque de Caxias (RJ). Destacou a missão da igreja de levar uma mensagem objetiva de salvação e transformação, que alcançou milhões de pessoas em quatro continentes, 193 países e 26 idiomas. Ademais, parabenizou pastores e membros, enfatizando que o trabalho é dedicado a Deus e à propagação do Evangelho, sem buscar glória humana. Ao finalizar, convidou todos a conhecerem Cristo, ressaltando a importância de vivenciar a fé antes do encontro final com Ele.

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que libera R\$ 34 bilhões do Ministério da Saúde para Estados e Municípios, recursos que estão parados há mais de 20 anos. Ressaltou que Minas Gerais detém R\$ 3 bilhões desse montante, sendo R\$ 121,5 milhões apenas em sua região, e citou diversos Municípios que poderiam aplicar os recursos em saúde, incluindo construção e manutenção de ambulatórios. Além disso, alertou para a urgência da aprovação da matéria pelo Senado Federal e sanção da lei, citando casos de pacientes que enfrentam longas viagens e filas para procedimentos médicos.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado registrou a presença no plenário de Marcio Patussi, suplente de Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Destacou o caráter sério e conservador de Patussi, ressaltando sua garra e fibra como político gaúcho. Também expressou satisfação com a visita, enfatizando que ela abrilhantou os trabalhos da Casa, e deu as boas-vindas ao convidado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado registrou a presença , em Brasília, de José Scorsatto, primeiro suplente de Deputado Estadual e presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGTAS). Destacou a trajetória de Scorsatto em Arvorezinha (RS), onde foi Secretário de Saúde, Vice-Prefeito e Prefeito, e seu trabalho na geração de emprego e renda em favor de trabalhadores e empreendedores. Ademais, ressaltou o compromisso do pedetista com a qualificação junto ao Ministério do Trabalho e elogiou sua juventude, dinamismo e protagonismo na nova geração do PDT, afirmando orgulho em caminhar ao lado dele.

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada destacou a urgência de proteger crianças e adolescentes no ambiente digital, lembrando seu trabalho como mãe e delegada de mulheres em casos de exploração sexual. Também ressaltou que o Brasil está entre os países mais afetados por conteúdos de exploração infantil online. Citou a apresentação do Projeto de Lei nº 4.022, de 2025, que tipifica crimes de adultização e busca fechar lacunas legais, garantindo equilíbrio entre proteção infantil e liberdade de expressão. Ademais, convidou todos para audiência pública em 16 de setembro na Comissão de Segurança Pública, voltada ao enfrentamento da pedofilia digital, reforçando que a proteção da infância é fundamental para a democracia.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença de sua esposa e da filha, Deputada Estadual Giselle Monteiro, lembrando o sofrimento que a família enfrentou durante a detenção de Gabriel Monteiro, acusado de forma improcedente. Comparou a dor vivida por sua esposa à de Maria, mãe de Jesus, ao acompanhar o sofrimento do filho, ressaltando o impacto emocional que acusações injustas causam às famílias. Também destacou a força e coragem da mulher e mãe diante das adversidades enfrentadas no período de detenção.

Zucco (PL - RS) - O Deputado comemorou a aprovação de medidas consideradas como vitórias para a transparência no Brasil, destacando a derrubada de indicações para a presidência e relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) destinada à investigação de desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também ressaltou a aprovação, no Senado, do voto impresso, apontando-o como instrumento necessário para garantir correção e transparência nas eleições.

Daniel Almeida (PCdoB - BA) - O Deputado destacou os 51 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China, ressaltando a cooperação geopolítica e comercial entre as duas nações. Nesse sentido, apontou que, desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, com transações que devem alcançar US\$ 160 bilhões em 2025. Além disso, enfatizou a importância da aproximação tecnológica, espacial e de infraestrutura, assim como das visitas do Presidente Lula à China e de Xi Jinping ao Brasil. Ao concluir, salientou que o fortalecimento das relações com a China e outros mercados é estratégico diante das barreiras impostas pelos Estados Unidos.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado destacou a eleição do Senador Carlos Viana para presidir a CPMI que investigará irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), classificando-a como importante para apurar supostos prejuízos aos aposentados. Criticou Ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo Flávio Dino, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, apontando decisões que prejudicaram a economia e demonstraram corporativismo. Também comentou a Lei Magnitsky e suas implicações internacionais, e mencionou a postura do Papa Leão XIV sobre a influência do comunismo nos círculos cristãos. Concluiu enfatizando a necessidade de transparência e ética nas instituições.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado registrou com pesar o falecimento de Everaldo Anunciação, ex-Presidente do PT na Bahia. Destacou sua trajetória como engenheiro agrônomo, servidor federal na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Vereador e militante dedicado à causa do Partido dos Trabalhadores. Também ressaltou a importância do legado de Everaldo para o fortalecimento do PT e da



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Esquerda baiana, afirmando que sua memória será honrada e continuada. Por fim, manifestou condolências aos familiares e reconheceu a perda como significativa para o partido e para o Estado da Bahia.

Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado registrou a presença do Administrador de Taguatinga (DF), Renato Andrade, no plenário da Câmara. Destacou o trabalho realizado por Andrade à frente da administração de uma das maiores cidades do Distrito Federal e ressaltou sua contribuição para a comunidade local. Em tom de reconhecimento, parabenizou o gestor pela atuação e deu as boas-vindas à Casa.

General Girão (PL - RN) - O Deputado saudou o povo do Rio Grande do Norte e registrou a presença do Vereador Michael Diniz, de Parnamirim (RN), a quem chamou de futuro Deputado. Expressou preocupação com a escalada de tensões entre Venezuela e Estados Unidos, destacando a convocação de milhões de mercenários pelo Governo venezuelano e o deslocamento de tropas norte-americanas para a região. Também alertou para os impactos no Brasil, lembrando o fluxo migratório contínuo pela fronteira de Roraima e cobrando do Governo Federal medidas de preparação diante do risco de guerra na América do Sul.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado reafirmou seu compromisso com a proteção da infância e da juventude, mas alertou para riscos no Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, prestes a ser votado na Câmara. Ressaltou que, apesar da boa intenção, a proposta pode gerar efeitos colaterais que ameaçam a liberdade de expressão e criar mecanismos de controle além da proteção a crianças e adolescentes. Também destacou preocupação com a ampla delegação de competências a uma autoridade administrativa indefinida, o que permitiria ao Executivo regulamentar de forma excessiva, abrindo espaço para normas infralegais e instrumentos de censura.

Luisa Canziani (PSD - PR) - A Deputada registrou homenagem aos 111 anos de Santo Antônio da Platina (PR), destacando a importância da cidade para o desenvolvimento do Estado e do Brasil. Parabenizou a população local, descrita como trabalhadora e honrada, e ressaltou a liderança do Prefeito Gil Martins, que representa um dos grandes presentes para a cidade em seu aniversário. Também mencionou a Vice-Prefeita Terezinha, os Vereadores, Secretários e toda a comunidade, lembrando que as comemorações ocorreriam em grande estilo com a realização da Efapi, feira agropecuária tradicional do Município.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado afirmou que o Brasil vivia um dos momentos mais preocupantes de sua democracia e criticou a atuação de Ministros do Supremo Tribunal Federal, acusando-os de politizar o Judiciário. Relatou visita ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, a quem descreveu como firme em suas convicções,



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

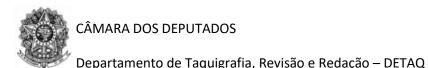
mas sofrendo com problemas de saúde e com a prisão que classificou como arbitrária e sem provas. Além disso, ressaltou que Bolsonaro possuía álibi no dia 8 de janeiro de 2023, quando estava fora do País, e defendeu a anistia tanto para o ex-Presidente quanto para demais investigados pelos atos de janeiro.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou o Presidente Lula e o Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Afirmou que Lula busca isolar o Brasil internacionalmente e mencionou a suspensão da Operação Formosa, tradicional exercício militar conjunto entre Marinha brasileira e norte-americana. Ademais, acusou o STF de apoiar o Governo e afirmou que o Ministro Flávio Dino, ao atuar de forma hostil aos Estados Unidos, prejudicava a economia mundial e, consequentemente, a brasileira. Também destacou que a postura do Ministro teria causado reflexos no sistema financeiro, citando prejuízo bilionário para bancos, e alertou para os riscos do afastamento do Brasil da maior potência mundial.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado relatou reunião com a Intersindical, em Viamão (RS), que reúne sindicatos de comerciários, municipários, alimentação e associação de aposentados. Em seguida, criticou a decisão do Prefeito Rafael Bortoletti de exigir a devolução do prédio ocupado há 24 anos pela entidade, sem justificativa plausível. Ressaltou que há terrenos disponíveis na cidade e cogitou que a medida poderia ser vista como perseguição sindical, apesar de não acreditar nessa hipótese. Além disso, destacou que já existe liminar favorável à permanência da Intersindical e anunciou articulação com o Senador Paulo Paim para audiência pública e diálogo com a população. Defendeu respeito aos trabalhadores e a busca de entendimento com o Executivo municipal.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado citou Nelson Rodrigues ao criticar o "complexo de vira-lata" e afirmou que parte da Oposição ainda se submete à ideia de que os Estados Unidos ditam regras ao Brasil. Destacou a postura do Presidente Lula e de Ministros do Supremo Tribunal Federal, como Flávio Dino, que defenderam a soberania nacional diante de pressões externas. Além disso, elogiou a firmeza das instituições brasileiras frente às investidas do Governo norte-americano e ressaltou a importância de líderes que erguem a cabeça e priorizam os interesses do País. Concluiu reafirmando seu apoio à defesa da soberania e à independência do Brasil.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado ironizou o conceito de "complexo de vira-lata" e questionou se, para evitá-lo, o Brasil deveria se alinhar a países como Irã, Hamas, Venezuela, Coreia do Norte, China e Rússia. Criticou a busca de diálogo com governos autoritários e defendeu a manutenção das relações históricas com Israel e Estados Unidos, que classificou como democracias. Além disso, criticou o Presidente Lula, lembrando



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

condenações judiciais passadas, e afirmou que não é possível "andar com homens de bem" tendo tais aliados. Finalizou com defesa da liberdade e rejeição à censura e à ditadura.

Nelinho Freitas (MDB - CE) - O Deputado destacou o desempenho educacional do Ceará, reconhecido pela Deutsche Welle, com 85,3% das crianças do ensino fundamental alfabetizadas na idade certa, superando a média nacional de 59,2% e a meta do MEC para 2030, de 80%. Atribuiu o resultado a políticas educacionais iniciadas há mais de 20 anos por Cid Gomes e mantidas por Camilo Santana, atual Ministro da Educação, ressaltando investimentos contínuos, incluindo 400 milhões de reais para escolas de tempo integral e inauguração de unidade voltada a estudantes quilombolas. Finalizou registrando a presença do ex-Deputado Raimundo Macedo e de seu filho.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a pesquisa Genial/Quaest, destacando que 71% da população rejeita o tarifaço imposto por Donald Trump, enquanto 48% apoiam a reação do Governo brasileiro e apenas 28% concordam com posturas favoráveis ao presidente norte-americano. Além disso, criticou a atuação do Deputado licenciado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, apontando que 69% da população acredita que ele atua em interesses pessoais e familiares. Ademais, avaliou a CPI do INSS, ressaltando a importância de investigar fraudes passadas e atuais, sem proteger responsáveis, destacando o papel da Controladoria Geral da União (CGU), da Polícia Federal e das medidas de ressarcimento do Governo.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado registrou a visita do Vereador Sargento Prates, líder do PL em Dourados (MS), destacando seu trabalho em pautas conservadoras. Em seguida, criticou posicionamentos de aliados do Governo Federal, afirmando que é preferível ter "síndrome de vira-lata" em relação aos Estados Unidos do que se alinhar a ditadores como Xi Jinping, Maduro ou grupos terroristas. Também avaliou a atuação diplomática do Presidente Lula, observando que ele manteve contato com líderes da Rússia, Índia e China, mas ainda não havia ligado para o Presidente dos Estados Unidos, considerando isso um sinal de fragilidade diplomática.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado criticou o Governador de Minas Gerais, Zema, após o lançamento de sua candidatura à Presidência da República e suas declarações sobre a Zona Franca de Manaus. Sobre o assunto, destacou a importância do modelo para o desenvolvimento regional, apontando que incentivos fiscais fomentam emprego, renda e economia local. Ademais, questionou a gestão do Governador de Minas Gerais, citando aumento de 44,97% da dívida pública com a União e alegada sonegação. Também afirmou que o Norte, que abriga a Zona Franca, representa mais de 50% do território nacional e que os incentivos fiscais



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

são essenciais para equilibrar oportunidades regionais, repudiando a postura de Zema quanto à política econômica.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado comemorou a vitória da Oposição na CPMI do INSS, criticando a atuação do Governo Lula e de Parlamentares da base aliada. Afirmou que o Governo sofreu uma derrota vergonhosa e destacou a insatisfação de alguns Parlamentares, mencionando o Deputado Ivan Valente. Também afirmou que União Brasil e PP devem se afastar do Governo em breve, e projetou novas vitórias da Oposição, ressaltando que o Presidente Lula estaria desesperado com a conquista da relatoria e da presidência da CPMI pelos seus adversários.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou a atuação do ex-Ministro Celso Amorim como assessor especial do Presidente Lula para Relações Exteriores, questionando sua efetividade na condução da política externa brasileira. Nesse sentido, relatou que Amorim negou ter recomendado qualquer ação ao Presidente sobre as tarifas impostas pelos Estados Unidos, questionando a necessidade de sua assessoria. Também afirmou que o assessor estaria conduzindo o Brasil a uma posição de apoio a ditaduras e de confronto com os Estados Unidos, o maior parceiro histórico do País.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado afirmou que os fatos irão prevalecer sobre os argumentos da extremadireita na apuração da CPMI do INSS. Destacou que a comissão demonstrará irregularidades ocorridas durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro, atualmente em prisão domiciliar. Além disso, enfatizou que o povo brasileiro está atento e que a extrema-direita se posiciona contra os interesses da população, reafirmando o compromisso de seu bloco em seguir acompanhando e fiscalizando os desdobramentos da investigação.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado criticou a soltura de três chefes do tráfico no Rio de Janeiro durante plantão judiciário, destacando que a medida evidencia falhas no sistema judicial e fortalece o crime organizado. Questionou a urgência das decisões e repudiou declarações do Presidente da República sobre tipificação de criminosos. Ademais, defendeu a necessidade de revisão do Código Penal e do Código de Processo Penal para endurecer penas e garantir que os presos cumpram efetivamente suas sentenças. Por fim, ressaltou que a população espera justiça rigorosa e denunciou a inversão de valores na aplicação da lei, reforçando a urgência de medidas para segurança pública.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou apoio à luta de trabalhadores de Pernambuco contra a privatização da Companhia Pernambucana de Saneamento e do Metrô, afirmando que processos de



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

privatização não podem ocorrer contra a vontade da população. Citou como exemplo a privatização da Cedae no Rio de Janeiro, que resultou em aumento de tarifas e insatisfação popular. Também criticou a possibilidade de o BNDES financiar privatizações, defendendo que o banco público mantenha seu papel de fortalecimento do setor público, sem atuar como instrumento de venda de estatais. Concluiu reafirmando sua posição contrária às privatizações de serviços essenciais.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado ressaltou que a mudança na presidência ou relatoria da CPI do INSS não trará resultados efetivos, pois os principais responsáveis pelas irregularidades estão ligados ao bolsonarismo. Destacou que os ex-Ministros Onyx Lorenzoni e José Carlos Oliveira, responsáveis pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em momentos distintos, serão convocados para depor. Também afirmou que as entidades envolvidas nas irregularidades têm vínculos com o bolsonarismo e reforçou seu compromisso de atuar de forma rigorosa na apuração dos fatos.

Pezenti (MDB - SC) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de controlar quem fala e quem cala, além de interferir no trabalho dos Parlamentares. Afirmou que Moraes prendeu um ex-Presidente da República sem condenação, desviando a atenção da imprensa de outras questões, como prejuízos de estatais, denúncias de Ministros e casos de corrupção. Por fim, classificou o Ministro como ditador e tirano, afirmando que não escapará da verdadeira justiça, e encerrou com um apelo de proteção divina para o País.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado contestou a narrativa da Esquerda em relação ao golpe de Estado ocorrido em 8 de Janeiro de 2023, argumentando que tal caracterização exigiria a participação das Forças Armadas, o que não ocorreu. Enfatizou que não houve uso de armas nem derramamento de sangue, mas, mesmo assim, quase 2 mil pessoas foram presas, com 141 ainda detidas. Ademais, explicou que a pena prevista para depredação de patrimônio público é de três a seis meses, já cumprida por todos. Por fim, criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de desonrar o Supremo Tribunal Federal (STF).

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado relatou episódio ocorrido na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, onde foi discutido requerimento para realização de audiência pública sobre transmasculinidade e saúde mental na cidade de São Paulo (SP). Explicou que solicitou a inclusão de um convidado com posição divergente, mas a Deputada Erika Hilton recusou, alegando que não queria manifestações contrárias, postura também defendida por uma Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Ao final, considerou tal atitude autoritária e imoral, por impedir o contraditório essencial ao debate



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

público, acusando a Esquerda de intransigência e de cercear opiniões divergentes enquanto rotula a Direita de extremista.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado manifestou preocupação com a ação da Prefeitura de São Paulo (SP) que resultou na desapropriação da área ocupada pelo Teatro de Contêiner, companhia de teatro que desenvolve atividades artísticas e sociais no centro da cidade. Apelou ao Prefeito Ricardo Nunes para que estabelecesse mesa de negociação e encontrasse local adequado para garantir a continuidade do projeto. Ao final, reiterou a relevância cultural e social do grupo e expressou solidariedade a todos os artistas e movimentos envolvidos na defesa da permanência do Teatro de Contêiner.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou preocupação com reportagem da agência *Reuters* sobre entrevista do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, apontado pelos Estados Unidos como violador de direitos humanos e sancionado pela lei global Magnitsky. Considerou que o Ministro perdeu legitimidade para permanecer no STF e o acusou de aplicar "psicoterrorismo" ao povo brasileiro. Criticou ainda decisão do Ministro Flávio Dino que gerou queda nas ações do Banco do Brasil. Ao final, sustentou que Moraes atua como "para-choque" de um sistema corrupto e defendeu que o Congresso Nacional se posicione contra ele e o Presidente Lula, acusando-os de conduzir o País à ruína.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado apontou contradição no discurso de Parlamentar bolsonarista que defende direitos humanos, lembrando que o ex-Presidente Bolsonaro exaltou o Coronel Ustra, o maior torturador da ditadura militar. Ademais, afirmou que os bolsonaristas buscam apenas enganar a população diante das dificuldades políticas enfrentadas, recorrendo de forma oportunista a bandeiras que nunca defenderam.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado contestou as acusações de que a Direita não defende direitos humanos, criticando a política externa do Governo Lula por manter relações com líderes e regimes acusados de graves violações, como o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, Hamas, Irã, Cuba e o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Questionou ainda o silêncio diante de casos como o da "Débora do Batom" e do "Clezão", ressaltando que tais vítimas não são lembradas pelos autoproclamados defensores dos direitos humanos. Por fim, declarou estar do lado da democracia e destacou a defesa dos nascituros como expressão legítima de luta pelos direitos humanos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado celebrou a vitória da Oposição com a eleição do Senador Carlos Viana para a Presidência e do Deputado Alfredo Gaspar para a Relatoria da Comissão Parlamentar Mista de



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

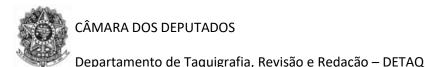
Inquérito (CPMI), enaltecendo a imparcialidade da comissão. Informou ainda que a Assessoria do Partido Novo elaborou documento sobre a corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e anunciou convocações de sindicatos de fachada, operadores financeiros e recebedores de propina. Ademais, ressaltou como simbólica a convocação de Frei Chico, irmão do Presidente Lula e dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi). Concluiu afirmando que a CPMI recolocará o Brasil nos trilhos.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado criticou a atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos para articular a taxação da economia brasileira em 50%, gerando desemprego e comprometendo o desenvolvimento nacional. Ademais, reprovou os bolsonaristas que cobram do Presidente Lula diálogo com o Governo norte-americano, em vez de repudiar a conduta do Parlamentar. Ao final, defendeu a cassação do mandato de quem atua contra os interesses nacionais.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada registrou sua participação na posse da nova direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), elogiando o engajamento da juventude com a democracia, a soberania e o combate às discriminações. Em seguida, saudou a presença de duzentas trabalhadoras domésticas na Câmara dos Deputados, que organizam a marcha nacional prevista para o próximo ano. Ressaltou que, embora a Constituição tenha garantido a regulamentação da profissão, menos de 40% possuem carteira assinada e muitas ainda enfrentam condições análogas à escravidão. Por fim, manifestou solidariedade às reivindicações das trabalhadoras domésticas e citou o caso de Sônia, mantida em cárcere privado pelo próprio empregador.

Castro Neto (PSD - PI) - O Deputado registrou que participou da entrega, em Teresina (PI), de mais de 400 itens destinados à agricultura familiar, ressaltando sua importância para geração de emprego e renda. Além disso, relatou sua participação na reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências, argumentando pela supressão imediata do art. 71, prejudicial aos pescadores. Por fim, sustentou que os pescadores são contrários às fraudes no Seguro Defeso, pois cada benefício irregular concedido retira o direito de um pescador legítimo.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado tratou da paralisação da obra da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), considerada estratégica para o escoamento da produção do oeste da Bahia e do Tocantins pelo Porto Sul. Ressaltou que a obra, iniciada há mais de 15 anos, permanece inconclusa apesar de vultosos investimentos e trechos já prontos. Ademais, citou declaração do executivo da Vale, Marcelo Bazzi, que condicionou o aporte da empresa à entrada de novos parceiros, e apontou dificuldades financeiras da Bamin, atual concessionária, que inclusive abandonou projetos sociais em Municípios da região. Por fim, cobrou do Ministro-Chefe da Casa



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Civil, Rui Costa, e do Governo Federal prioridade e articulação de investimentos para garantir a conclusão da ferrovia.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada manifestou indignação diante do feminicídio de uma mulher de 37 anos, morta a marretadas pelo marido em Lauro de Freitas (BA). Informou que o agressor tentou fugir, mas foi detido e responderá judicialmente. Questionou que tipo de sociedade permite a continuidade de crimes dessa natureza, ressaltando a gravidade de homens que matam mulheres por simples discordâncias. Por fim, lamentou que, apesar de alterações legais e aumento de penas aprovados pelo Parlamento, os casos de feminicídio continuam crescendo no Brasil.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito de Anápolis (GO), Márcio Corrêa, ex-Deputado Federal, enaltecendo sua gestão municipal e sua atuação parlamentar.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado comentou a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), classificando-a como novo "tiro no pé" dos bolsonaristas. Informou ter apresentado requerimento para convocar o ex-Presidente Jair Bolsonaro, alegando que ele foi avisado pelo Senador Izalci Lucas e por auditores fiscais sobre as irregularidades ainda no período de transição de Governo, mas nada fez durante seu mandato. Afirmou que Bolsonaro escondeu as fraudes e deverá depor, possivelmente já como presidiário. Em contraste, destacou que o Presidente Lula acionou a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal para suspender pagamentos e apurar os crimes. Por fim, celebrou a pesquisa que aponta melhora da popularidade do Presidente Lula e elogiou sua atuação na Organização Mundial do Comércio (OMC) em resposta à taxação do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado elogiou o trabalho do Ministério dos Transportes, ressaltando que, após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2022, denominada "PEC da Transição", que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no Art. 107, define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências, os recursos aplicados em rodovias superaram os do Governo anterior. Além disso, afirmou, como Vice-Líder do Governo Lula, que muitas demandas têm sido atendidas diante do abandono da malha viária. Ademais, parabenizou o Ministro dos Transportes, Renan Filho, o Secretário-Executivo George Santoro, o Secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, e sua equipe pelo empenho em solucionar entraves no setor. Por fim, comemorou a aprovação de medida que garante



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

recursos para corrigir problemas nas ferrovias, especialmente em interseções municipais, classificando-a como ação concreta e responsável.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou preocupação com e-mails recebidos de funcionários do Banco do Brasil, que apontam queda de 60% no lucro da instituição no segundo trimestre. Criticou a Presidente Tarciana Medeiros e o dirigente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), João Luiz Fukunaga, afirmando que não possuem competência técnica para gerir valores de grande porte. Informou que apresentará requerimento de informação com base em apontamentos de ex-diretores e funcionários. Por fim, reiterou a intenção de convocar Frei Chico, irmão do Presidente Lula e Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), além de sindicatos de fachada, operadores e beneficiários de propina.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado avaliou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) representa mais um "tiro no pé" do bolsonarismo, responsabilizando os Governos Temer e Bolsonaro pela origem do esquema de corrupção investigado. Destacou que o Presidente Lula acionou a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal para apurar os desvios e afirmou não haver nada a temer diante das investigações. Ademais, defendeu que a CPMI sirva para impedir o mau uso de recursos, especialmente os destinados a aposentados. Por fim, celebrou a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e defendeu a inclusão do Canal do Xingó no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ressaltando sua relevância para Sergipe e parte da Bahia.

Max Lemos (PDT - RJ) - O Deputado lamentou o falecimento de Carlos Vilela, ex-Prefeito de Queimados (RJ), a quem qualificou como sério, correto e preparado. Recordou que Vilela presidiu a comissão que conduziu, com êxito, a emancipação do Município em 1990, marco decisivo para a história local. Ademais, informou ser natural de Queimados e ter exercido o cargo de Prefeito por oito anos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado condenou a atuação do Deputado Eduardo Bolsonaro, a quem chamou de "Traidor da Pátria", por atacar a economia nacional e conspirar contra o País. Ademais, advertiu que o Projeto de Lei nº 7.488, de 2017, de autoria do Parlamentar, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), pretende extinguir o monopólio postal dos Correios, abrindo caminho para a privatização da estatal. Por fim, manifestou apoio aos movimentos sociais e aos trabalhadores dos Correios e seus sindicatos para rejeitar a proposta, defendendo a soberania nacional e o caráter público do serviço postal.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

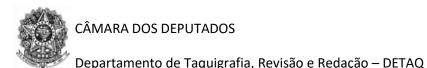
Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado alertou para os efeitos da declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, de que leis estrangeiras não se aplicam ao País, afirmando que, após sua fala, a Bolsa despencou e os bancos perderam 42 bilhões de reais. Sustentou que o episódio antecipa o que pode ocorrer se instituições financeiras ignorarem a Lei Magnitsky. Ademais, citou reportagem do UOL segundo a qual o Ministro Alexandre de Moraes afirmou que bancos podem ser punidos se aplicarem sanções dos Estados Unidos a ativos brasileiros. Avaliou ainda que ambos desrespeitam a separação de Poderes e agem sem compromisso com a economia nacional. Por fim, defendeu o *impeachment* dos Ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado relatou que, em audiência na Comissão de Relações Exteriores, o Ministro Celso Amorim afirmou atuar como conselheiro do Presidente Lula. Afirmou que Amorim citou Barack Obama ao dizer que, quando não podia dialogar diretamente com um Chefe de Estado inimigo, recorria a um amigo para intermediar a conversa. Questionou, portanto, quais seriam os interlocutores de Lula em relação a Donald Trump. Por fim, alertou ainda que, se o conselheiro presidencial não atuar de forma eficaz, a Lei Magnitsky poderá trazer graves consequências ao Brasil.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou a condução da sessão, destacando que a Ordem do Dia deveria ter começado às 16h, mas, perto das 18h, ainda não havia pauta definida. Classificou a situação como desrespeitosa com os Parlamentares, lembrando que muitos aguardavam desde cedo, sem saber o que seria votado. Afirmou também que circulava nos corredores a informação de que o projeto sobre regulação das redes sociais poderia ser incluído, apesar de o texto não estar disponível no sistema. Concluiu que essa prática fere a transparência e o debate democrático, já que decisões ficam concentradas em poucas pessoas, sem discussão ampla com os Deputados e a sociedade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado apoiou a crítica de Gilson Marques sobre o atraso da Ordem do Dia e a ausência de pauta definida, classificando isso como descumprimento de compromissos assumidos no início da gestão do Presidente Hugo Motta. Em seguida, comentou a perda de R\$ 42 bilhões de valor de mercado de instituições bancárias, destacando que não representava risco de quebra, mas sim a dinâmica especulativa típica do mercado financeiro, que já apresentava recuperação. Alertou para que a população não se apavorasse com oscilações da bolsa ou do dólar, ressaltando que o verdadeiro risco para a economia brasileira estaria em seguir os ditames do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou o Governo do Rio Grande do Norte, comandado pela Governadora Fátima Bezerra, afirmando que no primeiro semestre de 2025 não foram cumpridas as



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

obrigações mínimas de investimento em saúde. Relatou que essa omissão estaria agravando o caos nos hospitais e nas unidades de pronto atendimento, revelando descaso com a população.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado manifestou apoio aos professores de Rondônia, defendendo reajuste salarial e ressaltando a importância da categoria para a formação de todos os profissionais do País. Destacou que os docentes deveriam receber salários muito superiores aos atuais e reafirmou seu compromisso com a luta da classe. Além disso, parabenizou a fábrica de bicicletas Cairu, sediada em Rondônia, que completou 40 anos e emprega mais de 2.500 colaboradores, elogiando a postura da empresa ao custear tratamentos de saúde de funcionários durante a pandemia. Registrou também a realização de um evento de empreendedorismo em Alta Floresta (MT), que reuniu 6 mil pessoas, com pregação do Pastor Cláudio Duarte e presença de Parlamentares e autoridades.

Henderson Pinto (MDB - PA) - O Deputado registrou a participação em audiência pública da Comissão Mista que discutiu a Medida Provisória nº 1.303, de 2025, voltada aos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. Destacou a presença de Vereadores e lideranças da pesca da região do Pará, como representantes de Santarém (PA), Óbidos (PA), Curuá (PA) e Juruti (PA), Município que abriga um dos maiores festivais folclóricos do País. Defendeu, finalmente, que a medida assegure os direitos da categoria, ressaltando que eventuais fraudes devem ser punidas individualmente, sem prejudicar os trabalhadores que vivem da pesca artesanal.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 4.147, de 2025, que destina 20% dos recursos provenientes dos *royalties* e da participação especial da exploração de petróleo na Margem Equatorial. Relatou que a proposta prevê a divisão em três partes iguais: para o Fundo Amazônia, voltado à bioeconomia, reflorestamento e restauração florestal; para o Fundo Clima, destinado ao desenvolvimento de energias renováveis; e para o Fundo de Desenvolvimento Industrial, com foco na descarbonização da indústria. Ressaltou, ainda, que a exploração deve ocorrer apenas em áreas autorizadas pelo Ibama, lembrando que a Margem Equatorial se estende da Foz do Amazonas até o litoral do Rio Grande do Norte.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou duas vitórias que representariam avanços para a população. A primeira ocorreu na CPMI do roubo dos aposentados, com a escolha do Senador Carlos Viana e do Deputado Alfredo Gaspar para a relatoria, em vez dos nomes apoiados pelo Governo. A segunda vitória seria a aprovação do voto impresso na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, medida que reforçaria a segurança da democracia e aumentaria a transparência do processo eleitoral.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Luiz Carlos Hauly (PODE - PR) - O Deputado criticou a condução do Governo Lula, afirmando que o Brasil enfrenta prejuízos econômicos em razão de atritos diplomáticos com os Estados Unidos, que impactariam indústria, exportações, empregos e crescimento. Declarou que, nos últimos 25 anos, especialmente sob administrações do PT, o País deixou de avançar em áreas como educação, saúde e infraestrutura, citando a falta de recursos até para manutenção das rodovias federais. Por fim, concluiu que o Brasil está sem rumo há mais de duas décadas e precisa de mudança nas próximas eleições, rejeitando governos de extrema esquerda ou extrema direita e defendendo uma agenda de desenvolvimento, crescimento econômico e esperança para o futuro.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de ameaçar o sistema financeiro brasileiro ao sinalizar que bancos poderiam ser punidos caso aplicassem sanções dos Estados Unidos, citando diversas manchetes da imprensa sobre o tema. Destacou que essa postura colocaria em risco correntistas e investidores, configurando uma ameaça de confisco de ativos. Afirmou ainda que Moraes age como se fosse dono da lei e alertou que essa conduta poderia isolar o sistema financeiro brasileiro de operações internacionais. Por fim, pediu reação dos demais Ministros do Supremo para evitar prejuízos aos bancos e à população.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada criticou um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal de Londrina (PR) que propunha internar pessoas em situação de rua de forma compulsória. Destacou que a medida é ilegal, inconstitucional e fere direitos fundamentais, além de contrariar políticas de saúde mental. Defendeu que o enfrentamento da questão da população em situação de rua deve se dar por meio de políticas públicas efetivas, incluindo moradia, saúde, emprego, inclusão social e segurança, enfatizando que o caminho correto é o cuidado e a solidariedade, e não a criminalização da pobreza.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada destacou a defesa da soberania do Brasil, criticando Parlamentares que promovem ataques à economia nacional e incentivam a desvalorização do real. Ressaltou a importância de proteger crianças e adolescentes frente a interesses de grandes empresas e *big techs*. Além disso, enalteceu o Programa Mais Médicos, que atende 63 milhões de brasileiros, com mais de 33 mil profissionais, sendo a maioria brasileiros e atuando em áreas de vulnerabilidade social. Concluiu, prestando homenagem a Alberto Kleiman e Mozart Sales, que contribuíram para a implementação do programa, destacando a necessidade de ampliar iniciativas de saúde no País.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado elogiou a aprovação do voto impresso pela CCJ do Senado, defendendo a medida como uma garantia adicional à democracia e ao eleitorado. Rebateu alegações de



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

inconstitucionalidade e ressaltou que, mesmo sem casos comprovados de fraude, o voto impresso oferece maior transparência e tranquilidade aos eleitores, reforçando o pleno exercício da democracia.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado registrou um caso de crueldade com animais ocorrido no interior de São Paulo, em que um cavalo teve suas quatro patas decepadas por um criminoso que, mesmo após o ato, foi liberado. Defendeu a criação de regras mais rigorosas para punir crimes contra animais e informou que, junto ao Deputado Delegado Bruno Lima, apresentou um projeto de lei visando responsabilizar e penalizar severamente autores de crueldade animal no Brasil.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou perseguições políticas contra representantes de partidos de esquerda em diferentes Municípios: o Vereador Hamilton, do PSOL, Salvador (BA), a Vereadora Brisa, do PT, Natal (RN) e a Vereadora Professora Angela, do PSOL, Curitiba (PR). Classificou as tentativas de cassação de mandatos como perseguição da direita local e reafirmou seu apoio aos Parlamentares, destacando que a intimidação política da extrema direita e da Direita não deve prevalecer.

Ricardo Salles (NOVO - SP) - O Deputado criticou a votação simbólica ocorrida recentemente sobre a proteção de crianças e jovens, alegando que o tema foi usado como pretexto pelo Governo, pela Esquerda e por integrantes do Centrão para restringir o debate e a liberdade de expressão nas redes sociais. Defendeu a retomada do diálogo e do bom senso na discussão do assunto. Além disso, celebrou a eleição do Senador Carlos Viana para a CPMI do roubo de aposentadorias, destacando a indicação do Deputado Alfredo Gaspar como relator, enfatizando a importância de investigar a fraude que atingiu aposentados, considerados pessoas vulneráveis.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado prestou homenagem à Cooperativa Ouro do Sul, do Rio Grande do Sul, que completa 90 anos. Destacou a trajetória da cooperativa, que começou como Cooperativa de Produtos Suínos do Cahy Superior, e sua atuação na agroindustrialização, cuidado ambiental, industrialização e comercialização de produtos, incluindo participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ressaltou também a valorização de jovens, mulheres e agricultores, seu impacto na economia local e o desenvolvimento sustentável da região de Harmonia (RS), no Vale do Caí.

Junio Amaral (PL - MG) - O Deputado celebrou a vitória da Oposição no controle da CPMI dos aposentados, destacando que esse instrumento é essencial para fiscalizar o Governo e que sua condução pelo Executivo comprometeria a imparcialidade. Elogiou a liderança do Deputado Sóstenes Cavalcante e do Senador Carlos



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

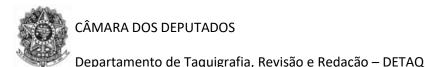
Viana, afirmando que a atuação da CPMI permitirá revelar escândalos, especialmente relacionados a supostas irregularidades no manejo de recursos dos aposentados pelo Governo Lula.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado criticou a legislação atual sobre maus-tratos a animais, considerando as penas brandas e insuficientes para coibir a crueldade. Citou casos recentes no Rio Grande do Sul e em São Paulo de animais que sofreram mutilações e apresentou um projeto de lei que dobra as penas quando houver requintes de crueldade, com prisão imediata em flagrantes.

General Girão (PL - RN) - O Deputado General Girão criticou o uso de dinheiro público para comemorações políticas, citando o caso de uma Vereadora do PT em Natal (RN) que estaria no Conselho de Ética por uso indevido de recursos públicos. Ressaltou que a punição decorre do descumprimento da lei, e não de uma retaliação política, defendendo que todos que violarem normas devem ser responsabilizados.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada destacou a decisão da CPMI, conduzida pelo Senador Carlos Viana, que solicitou a quebra de sigilo bancário do irmão do presidente Lula e de Carlos Lupi. Criticou decisões do STF, especialmente do ministro Alexandre de Moraes, relacionadas à interrupção da gestação, responsabilizando também o Presidente Lula pela revogação de medidas protetivas. Comparou o atual cenário político brasileiro a regimes autoritários de países como Venezuela, Cuba, China, Irã e Palestina, afirmando que tais sistemas restringem direitos religiosos, femininos e da população LGBTQIA+. Encerrou dizendo que o Brasil vive uma democracia relativa.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado declarou que o Governo sofreu uma derrota na CPMI, perdendo o controle da investigação e correndo o risco de ver o irmão do presidente Lula convocado e até preso. Destacou também a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, que acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado como avanço para a transparência eleitoral. Criticou o ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de interferir nas eleições de 2022 e de ameaçar a economia ao impor punições a bancos que aplicassem sanções baseadas na lei Magnitsky. Mencionou ainda a perda de R\$ 40 bilhões na Bolsa após decisão do ministro Flávio Dino, que recuou em seguida. Defendeu o *impeachment* de Moraes, apontando que a maioria das prisões no STF foi determinada por ele, sem atingir casos de corrupção.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

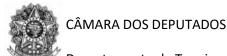
Data: 20/08/2025

Welter (PT - PR) - O Deputado defendeu a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alertou para a insuficiência de recursos destinados ao programa. Destacou que, embora o orçamento aprovado tenha sido de R\$ 1 bilhão, as propostas apresentadas no edital da Conab somaram R\$ 2 bilhões, gerando déficit de R\$ 1 bilhão. Ressaltou que o PAA contribuiu para a saída do Brasil do Mapa da Fome e fortaleceu a agricultura familiar, garantindo renda a pequenos produtores e acesso a alimentos saudáveis para a população mais vulnerável. Reforçou a necessidade de complementar os recursos para que associações e cooperativas possam atender plenamente à demanda. Também apontou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), aliado ao PAA, foi essencial para a segurança alimentar e nutricional no País.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado prestou homenagem ao Secretário de Defesa Civil do Rio de Janeiro, Coronel Tarciso Salles, que foi reconhecido na Assembleia Legislativa pelo trabalho desenvolvido à frente da corporação. Ressaltou a relevância da atuação do Coronel, que também exerce o comando-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Enfatizou ainda que destinou 100% de suas emendas de bancada nos anos de 2023, 2024 e 2025 para a área de segurança pública e Defesa Civil, reforçando seu compromisso com o setor. Afirmou que a homenagem concedida foi justa diante da dedicação do Coronel Salles em benefício da população fluminense.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou duramente o Governo federal e ministros do STF, apontando que o País enfrentava caos político e econômico. Responsabilizou o ministro Alexandre de Moraes pela morte de Clezão, preso que não recebeu o devido atendimento médico, e reiterou pedidos de impeachment contra o magistrado. Também questionou a manutenção da decisão monocrática que manteve o ex-Presidente Jair Bolsonaro em prisão domiciliar, sem votação completa da Turma do STF. Afirmou que a situação representava uma desqualificação da Justiça brasileira e acusou o Governo de Lula de se orgulhar da nomeação de um ministro comunista, em referência a Flávio Dino, cujas medidas geraram prejuízos bilionários à economia. Encerrou destacando que continuaria lutando contra o que classificou como abusos institucionais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a condução da CPMI, afirmando que a escolha do Senador Omar Aziz e de um Deputado para a Presidência e Relatoria ocorreu com a complacência dos Presidentes das Casas, em benefício do Governo Lula. Declarou que a Comissão já nasceu com vícios e denunciou que os idosos brasileiros foram prejudicados em um esquema que precisa ser investigado. Ressaltou, no entanto, que a Oposição demonstrou articulação e conseguiu reverter a situação, garantindo que a CPMI tenha caráter investigativo e não seja utilizada para manobras políticas. Concluiu defendendo que os responsáveis pelo que chamou de assalto aos idosos sejam punidos e reiterou sua posição contrária ao Presidente Lula.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada denunciou a ação de despejo contra o Teatro de Contêiner, espaço cultural da região central de São Paulo (SP) que há quase dez anos reúne mais de 30 coletivos e executa editais municipais e nacionais. Relatou que integrantes da Companhia Mungunzá chegaram a ser algemados durante a operação, realizada sem autorização judicial. Criticou a Prefeitura e o Governo do Estado por promoverem uma política de higienização do centro e de desmonte de iniciativas sociais ligadas à cultura e à população em situação de rua. Destacou que o Teatro de Contêiner é o único equipamento teatral da região da Luz e cumpre papel essencial no acesso à arte. Defendeu a abertura de mesa de negociação e a manutenção do espaço por 120 dias para buscar alternativas de permanência ou realocação.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada destacou a relevância do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que tratava da regulação das plataformas digitais e foi debatido em Comissão Geral no Plenário. Ressaltou que o tema ultrapassava disputas ideológicas e estava diretamente ligado à proteção de crianças e adolescentes vítimas de exploração, violência e uso como mercadoria para monetização. Criticou as dificuldades de identificação de agressores nas redes e alertou que a ausência de regulamentação favorecia crimes como lavagem de dinheiro e manipulação em anúncios. Defendeu que o Congresso assumisse a responsabilidade de aprovar um arcabouço legal sólido e criticou tentativas de incluir emendas que descaracterizassem o projeto. Afirmou que o Parlamento precisava dar uma resposta efetiva à sociedade diante de um problema que impactava milhões de famílias brasileiras.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado manifestou preocupação com a democracia ao criticar a inclusão do pastor Silas Malafaia em um inquérito da Polícia Federal. Afirmou que o líder religioso não tinha envolvimento nos fatos investigados, mas apenas um posicionamento político e de defesa de valores cristãos. Ressaltou que Malafaia era referência da fé no Brasil e dedicava sua vida à pregação e à defesa de princípios. Informou que a situação representava um risco de transformar opiniões e convicções em motivo de perseguição, abrindo precedente para a criminalização de religiosos no País. Declarou solidariedade ao pastor e alertou para os perigos que esse tipo de ação poderia trazer ao exercício da liberdade de expressão e de fé.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado alertou para o risco de ingerência estrangeira na América Latina, denunciando que um parlamentar brasileiro teria conspirado nos Estados Unidos a favor de sanções econômicas contra o próprio País. Mencionou o deslocamento de três embarcações norte-americanas para a costa da Venezuela e relatou reunião do encarregado de negócios dos EUA com organizações privadas brasileiras para tratar do interesse em terras raras. Criticou a presença de uma aeronave das Forças Armadas dos EUA no Rio Grande do Sul, fato que motivou pedido de informações apresentado pela Deputada



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Fernanda Melchionna. Classificou tais ações como tentativas de intimidação e advertiu que poderiam representar risco de guerra. Reforçou que os parlamentares brasileiros deviam defender a soberania nacional e repudiou apoio a iniciativas que considerou imperialistas contra países da região.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado comemorou a conquista de dois títulos da Unesco para o Maranhão. Destacou que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade, valorizando suas lagoas, dunas e paisagens únicas, resultado do esforço do Governador Carlos Brandão e de outros maranhenses. Além disso, o Bumba Meu Boi do Maranhão recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, ressaltando sua importância como manifestação de dança, música, teatro e religiosidade. Afirmou que as conquistas devem impulsionar o turismo regional, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros, e parabenizou todos os maranhenses pelo reconhecimento internacional, destacando também a contribuição de Kátia Bogéa e da Governadora Roseana Sarney.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o atraso na divulgação da pauta da sessão, que saiu às 19h12, apontando que atrasos de três a quatro horas configuram desrespeito ao Plenário e aos colegas Deputados. Ressaltou que o debate aberto no Plenário é mais transparente e saudável do que negociações nos bastidores, defendendo que a discussão das propostas ocorra de forma pública e participativa, garantindo o envolvimento de todos os Deputados e da sociedade nos temas apresentados.

Leonardo Monteiro (PT - MG) - O Deputado expressou solidariedade ao Ministério da Saúde e destacou a importância do Programa Mais Médicos, criado nos Governos Lula e Dilma, para levar atendimento médico a regiões sem cobertura no Brasil, incluindo áreas de Minas Gerais. Defendeu o Ministro Padilha e o Secretário Mozart, ressaltando o êxito do programa e de iniciativas como o Agora Tem Especialistas. Além disso, elogiou o Governo Lula 3 pela retirada do Brasil do Mapa da Fome, citando programas sociais como Bolsa Família, Alimenta Cidades, Cozinha Solidária, PAA e PNAE, e a liberação recorde de R\$ 89 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar. Também reconheceu o trabalho dos ministros Paulo Teixeira e Wellington Dias, destacando a contribuição de seus Ministérios para segurança alimentar e combate à fome no País.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado registrou o falecimento de Everaldo Anunciação, Vice-Presidente nacional do PT e ex-Presidente do partido na Bahia. Destacou a trajetória de Anunciação como dirigente da CUT, de diversas entidades nacionais e funcionário dedicado da Ceplac. Ressaltou a importância de Everaldo como companheiro e amigo, afirmando que sua partida deixa um grande vazio no PT, na Bahia e no Brasil. Desejou conforto aos familiares e colegas, lembrando a contribuição do dirigente para a política e a sociedade, e



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

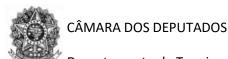
encerrou sua fala reafirmando a memória de Everaldo Anunciação como presente para todos que com ele conviveram.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, ao relatar que o pastor Silas Malafaia foi alvo de buscas e apreensões ao retornar de Lisboa, cumpridas por policiais federais. Qualificou a ação como perseguição a patriotas e questionou a falta de resposta das autoridades, incluindo o Senador Davi Alcolumbre, em estabelecer mecanismos de freios e contrapesos. Mencionou que já haviam sido reunidas 41 assinaturas relacionadas à questão e reforçou sua posição contrária às ações do Ministro, pedindo atenção do Congresso para o que classificou como ataques a cidadãos que defendem o Brasil.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 153, de 2025, que institui a Contribuição Social sobre a Propriedade de Sistemas de Interface entre Usuários de Internet (CPSI) e dispõe sobre outras providências voltadas ao fortalecimento da soberania digital do Brasil, voltado à soberania digital do Brasil. Explicou que a proposta busca reduzir a dependência do país em relação a empresas e infraestrutura estrangeiras, atualmente dominadas por companhias norte-americanas. Informou que o projeto prevê a criação de um sistema digital próprio, inspirado em práticas de outros países, com objetivo de fortalecer a independência tecnológica e proteger os dados da população. Além disso, propôs a tributação das grandes empresas de tecnologia, como Google e Meta, sem repassar custos ao consumidor, visando garantir retorno financeiro ao País e financiar a democratização digital, investimentos em tecnologia e educação. Ressaltou que o Brasil já possui a infraestrutura necessária para implementar a proposta e reforçou a importância da iniciativa para segurança e autonomia nacional.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal, ao relatar a perseguição sofrida pelo pastor Silas Malafaia ao retornar ao Brasil. Qualificou a ação como injusta e afirmou que Malafaia, considerado um dos líderes evangélicos mais influentes do País, não merecia o tratamento recebido. Dirigiu críticas diretas ao Ministro Alexandre de Moraes, responsabilizando-o pela situação e afirmando que sua conduta seria insustentável. Denunciou os excessos do STF e reforçar sua posição contrária às ações da Corte contra cidadãos e líderes religiosos.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado comemorou a escolha do Presidente da CPMI no Senado, destacando a vitória da Oposição sobre o Governo Lula. Criticou a CPI inicial, que tinha o risco de se tornar uma "pizza", e ressaltou a importância da nomeação do Senador Carlos Viana como Presidente e do Deputado Alfredo Gaspar como Relator. Enfatizou a experiência de 26 anos de Gaspar no Ministério Público e a ausência



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

de registros negativos em sua carreira, afirmando que isso garante a seriedade da Comissão. Afirmou que a CPMI terá caráter investigativo e que os responsáveis pelo desvio de recursos de aposentados poderão ser responsabilizados judicialmente, reforçando a expectativa de transparência e eficácia nas investigações.

ORDEM DO DIA

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou a detenção do pastor Silas Malafaia no Aeroporto do Galeão, onde seu passaporte foi recolhido para prestação de depoimento. Afirmou que Malafaia apenas se posicionou contra injustiças e amplificou a insatisfação de famílias brasileiras. Associou a situação à prisão de jornalistas e ao indiciamento de Deputados, afirmando que tais ações comprometem a democracia. Dirigiu críticas ao Ministro Alexandre de Moraes, sugerindo que sua conduta terá consequências futuras, e citou referências bíblicas para reforçar seu posicionamento. Ressaltou preocupações com a liberdade de expressão e o papel de líderes religiosos e Parlamentares na defesa de direitos civis.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado Zé Trovão fez uma correção em seu pronunciamento anterior sobre o ministro Alexandre de Moraes. Esclareceu que não tinha intenção de afirmar que iria "destruir a vida" de Moraes, e sim que o objetivo era combater as ações que considerou injustas praticadas pelo Ministro. Afirmou que buscava acabar com o que classificou como injustiças cometidas por Moraes, ajustando a linguagem de seu discurso para deixar claro o foco em críticas às ações e não em ataques pessoais.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado manifestou solidariedade ao Pastor Silas Malafaia, criticando o que classificou como perseguições a líderes religiosos no Brasil, citando também o Padre Paulo Ricardo e o Frei Gilson. Ressaltou que esses religiosos apenas exercem seu direito de opinião e defendem valores em prol de um País melhor.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado criticou a condução do depoimento do Pastor Silas Malafaia no Aeroporto do Galeão (RJ), classificando a ação como constrangimento desnecessário a uma liderança religiosa de grande expressão nacional. Afirmou que a medida representa escalada de perseguição, atribuindo responsabilidade ao Ministro Alexandre de Moraes, e declarou solidariedade a Malafaia, sua família e à comunidade da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (Advec).

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado reconheceu a relevância do tema em debate, mas afirmou que a solução apresentada não é a ideal. Por esse motivo, declarou que o Partido Novo orientaria voto contrário ao Projeto de lei nº 2.628, de 2022, em discussão.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado agradeceu ao Presidente e ao Relator pela abertura ao diálogo em torno do Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que trata da proteção à criança e ao adolescente. Na sequência, manifestou solidariedade ao Pastor Silas Malafaia, a quem qualificou como uma voz da democracia brasileira e líder respeitado por milhões de fiéis. Reforçou que Malafaia tem se posicionado de forma crítica em relação ao Judiciário e concluiu garantindo o apoio dos cristãos brasileiros, desejando-lhe bênçãos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado manifestou solidariedade ao Pastor Silas Malafaia, Presidente da Advec, a quem classificou como um dos maiores líderes religiosos do País. Acrescentou que Malafaia é vítima de perseguição política e religiosa, em um processo que ele considera parte de um regime ditatorial imposto pela "toga".

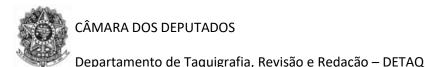
Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado celebrou o lançamento do Plano Brasil Soberano, anunciado pelo Presidente Lula. Explicou que o programa é uma resposta ao "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos e prevê cerca de R\$ 30 bilhões em créditos com juros reduzidos, tanto para capital de giro quanto para investimentos.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada destacou os esforços para a construção de um texto voltado à proteção integral de crianças e adolescentes, ressaltando o princípio da prioridade absoluta. Pediu que o Plenário evite destaques considerados secundários, ao Projeto de lei nº 2.628, de 2022, em discussão, lembrando que, mesmo após diálogo com o Relator, persistem dúvidas sobre a mudança da esfera administrativa para a judicial na suspensão de plataformas digitais que permitam violência contra crianças.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada explicou os motivos que levaram a Oposição, a Minoria e o PL a orientar voto favorável ao Projeto de lei nº 2.628, de 2022, de proteção de crianças no ambiente digital. Destacou que o acordo construído eliminou riscos de censura, estabelecendo que a autoridade reguladora será uma agência criada por lei, com regras claras. Também ressaltou que a vinculação de contas de menores de 16 anos aos responsáveis e a vedação à vigilância massiva, garantindo equilíbrio entre proteção da infância e liberdade de expressão.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado fez um discurso contra o Ministro Alexandre de Moraes, a quem acusou de instaurar uma "ditadura religiosa" após a apreensão de bens do Pastor Silas Malafaia pela Polícia Federal. Também elogiou o Relator Jadyel Alencar e outros Deputados pelo acordo em torno do Projeto de lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, destacando a retirada de dispositivos que poderiam gerar censura.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado chamou atenção para o caso do influenciador Hytalo Santos, cuja página oficial havia sido banida pelo *TikTok* em 2023 após a plataforma apontar 144 infrações, envolvendo violações relacionadas à segurança de menores, nudez, assédio, *bullying* e até conteúdos ligados a suicídio. Destacou que, mesmo diante dessas justificativas, a Justiça da Paraíba decidiu em favor de Hytalo, determinando indenização por dano moral e o restabelecimento da página, sob pena de multa. Por fim, questionou a coerência dessa decisão e provocou reflexão sobre como responsabilizar a Justiça quando suas determinações colidem com critérios de segurança adotados por plataformas digitais.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado destacou o indiciamento de Jair e Eduardo Bolsonaro pela Polícia Federal, por coação no curso do processo e ataques ao Estado Democrático de Direito. Apontou a pressão da sociedade sobre o Projeto de lei nº 2.628, de 2022, em discussão, enfatizando que o projeto avança na proteção de crianças e adolescentes. Também mencionou o isolamento político da família Bolsonaro e questionou o alinhamento deles com interesses estrangeiros, especialmente em relação a medidas de Trump. Finalizou elogiando o Relator Jadyel Alencar e o STF por avanços na regulação das redes sociais, celebrando a vitória em defesa da infância e da soberania nacional.

Marcos Pollon (PL - MS) - O Deputado registrou voto contrário à votação simbólica ao Projeto de lei nº 2.628, de 2022, em discussão, citando três razões: considera que a alegação de proteção à criança é uma narrativa usada por quem, segundo ele, apoia aborto e sexualização infantil; teme que a lei resulte em censura contra a Direita, acusando-a de perverter instituições.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado registrou voto contrário ao projeto, apesar de reconhecer melhorias feitas pelo Relator. Apontou problemas no texto original, como autoridade nacional com poder de multar e suspender redes sociais sem processo judicial, e o conceito amplo de "produtos ou serviços que possam ser utilizados por crianças", que considerou vago e passível de aplicação arbitrária. Ao final, destacou seu receio de que agências reguladoras, controladas pelo Executivo, possam no futuro exercer censura sobre redes sociais.

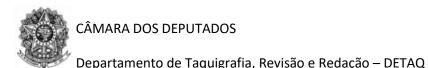
Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada manifestou solidariedade ao Pastor Silas Malafaia e à Pastora Elizete Malafaia, criticando a abordagem que receberam no aeroporto. Destacou que o Pastor não foi acusado de crimes como roubo, corrupção ou violência, afirmando que a ação configuraria uma tentativa de silenciar líderes cristãos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que, ao analisar o relatório do Projeto de lei nº 2.628, de 2022, em discussão, não encontrou qualquer elemento que configurasse censura. Destacou que o projeto visa proteger crianças e adolescentes, prevenindo exploração e abuso sexual, violência física e virtual, comercialização de jogos de azar, produtos de tabaco, bebidas alcoólicas, narcóticos e práticas publicitárias predatórias.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado afirmou que a Câmara finalmente tomou coragem para estabelecer regras nas redes sociais. Destacou que o texto aprovado está alinhado com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Constituição Federal, valorizando o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Também ressaltou a importância de que a segurança seja um requisito essencial no *design* dos aplicativos e de mecanismos de controle parental, garantindo que contas de crianças estejam vinculadas às de seus pais ou responsáveis.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado manifestou indignação contra a inclusão do Pastor Silas Malafaia em inquérito conduzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), considerando a medida um constrangimento desnecessário a uma figura pública de endereço conhecido. Por fim, ressaltou a lisura e o reconhecimento internacional do trabalho do pastor, somando-se a outros Parlamentares, como Sóstenes Cavalcante e Stefano Aguiar, em solidariedade e repúdio ao que classificou como ação nefasta.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Osmar Terra (PL - RS) - O Deputado afirmou que, mais do que regular a Internet, o essencial é aumentar penas e punições contra crimes que afetam crianças. Destacou sua atuação em leis sobre infância e apresentou o Projeto de Lei nº 3.066, de 2025, que institui medidas de enfrentamento e repressão aos crimes de pornografia de crianças e adolescentes relacionados ao uso de inteligência artificial e de técnicas de mascaramento de endereço de IP empregadas para viabilizar a prática de crimes relacionados à pornografia infantil na internet, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei dos Crimes Hediondos e a Lei de Combate ao Crime Organizado (2013) para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado ressaltou a importância da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, criticando adversários que atacam o Governo e lembrando episódios polêmicos de Bolsonaro com crianças. Em contraste, destacou que o Presidente Lula oferece oportunidades, educação, livros e proteção, em vez de violência ou estímulos prejudiciais.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Gilberto Nascimento (PSD - SP) - O Deputado manifestou solidariedade ao Pastor Silas Malafaia e à Pastora Elizete Malafaia, que tiveram passaporte e telefone apreendidos no Aeroporto do Rio de Janeiro (RJ). Destacou o trabalho social do pastor, especialmente com comunidades carentes e presidiários, e criticou a forma como a ação foi conduzida, defendendo que, por ter residência fixa, poderia apenas ter sido intimado. Por fim, em nome da Frente Parlamentar Evangélica, reiterou apoio ao casal.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, chamando-o de marco na proteção das crianças. Ressaltou a importância da denúncia do influenciador Felca, que expôs como a sexualização e adultização infantil geram lucro e criam um ambiente propício à pedofilia nas redes sociais. Além disso, destacou que a vitória só foi possível pela mobilização da sociedade civil, que pressionou contra as tentativas da extrema direita de barrar a pauta. Por fim, explicou que o projeto garante responsabilidade das plataformas digitais, proibição da monetização de conteúdos de erotização e a remoção rápida de materiais que violem os direitos de crianças e adolescentes.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado rebateu críticas da esquerda sobre suposta obstrução do Partido Liberal (PL) ao Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz. Argumentou que o PL apresentou emendas para garantir que a proposta tenha viabilidade real, sem se tornar apenas um mecanismo arrecadatório; e que o objetivo é construir uma legislação justa, que beneficie tanto os jovens que buscam emprego quanto as empresas que vão contratá-los, sem criar ônus desnecessários. Por fim, demonstrou indignação com acusações contrárias e reforçou sua defesa do setor produtivo e da juventude.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada destacou que a aprovação do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, representa a continuidade do que a Constituição de 1988 estabeleceu: reconhecer a criança como sujeito de direitos. Ressaltou dois princípios constitucionais reafirmados: a prioridade absoluta da criança e a proteção integral, que deve ser compartilhada entre família, Estado e sociedade. Além disso, defendeu que as plataformas digitais precisam ser responsabilizadas, pois nenhuma sociedade pode existir sem regras, inclusive no ambiente virtual. Por fim, considerou a regulamentação aprovada uma vitória fundamental para a proteção das crianças no Brasil.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado repudiou a abordagem da Polícia Federal (PF) ao Pastor Silas Malafaia, cujo passaporte e celular foram apreendidos no aeroporto por determinação do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Classificou o ato como mais um exemplo de perseguição política e judicial, acusando o STF de agir de forma ditatorial contra a direita. Por fim, argumentou que Malafaia não cometeu crime, apenas convoca manifestações e defende a liberdade, manifestando sua solidariedade ao pastor.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado elogiou o Relator Jadyel e o diálogo que permitiu aprimorar o Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, garantindo também a liberdade de expressão. Destacou a contribuição de Parlamentares como Nikolas Ferreira e Bia Kicis e defendeu uma votação simbólica e consensual, para mostrar a unidade da Câmara em torno da causa.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, destacando o papel do Relator e lembrando sua motivação pessoal como mãe. Em seguida, criticou o ex-Presidente Bolsonaro por ataques ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incentivo ao trabalho infantil, apologia à violência e falas que estimulam a pedofilia, além do desmonte de políticas públicas voltadas à infância. Defendeu que a extrema direita historicamente desprotegeu crianças e que o avanço atual só ocorreu pela mobilização social diante de dados alarmantes sobre pedofilia, assédio online e cyberbullying. Por fim, reforçou que o projeto garante a remoção de conteúdos abusivos, comunicação às autoridades e fim da monetização da exploração sexual infantil, passos essenciais para que as redes sociais deixem de ser uma "terra sem lei" que ameaça o futuro do Brasil.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado elogiou a pauta e o trabalho do autor e do relator do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, destacando que a proposta representa um avanço na proteção da infância e adolescência. Criticou a Oposição por chamar a iniciativa de "PL da Mordaça" e afirmou que é necessário impor regras às *big techs*, já que não se pode permitir que algoritmos bombardeiem crianças com propagandas e conteúdos nocivos. Por fim, ressaltou que a adultização precoce terá consequências graves e permanentes na vida das crianças e defendeu a importância da atuação da Câmara nesse tema.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado destacou os bolsonaristas por produzirem "provas contra si mesmos", lembrando que as evidências são auditáveis e acessíveis. Citou conteúdos encontrados no celular de Jair Bolsonaro que envolveriam Silas Malafaia e Eduardo Bolsonaro em articulações com os Estados Unidos para impor sanções ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e prejudicar o Brasil. Justificou, assim, a apreensão do telefone de Malafaia. Além disso, mencionou mensagens em que Bolsonaro teria pedido asilo político ao Presidente argentino Javier Milei, classificando o ato como fuga do país. Afirmou que as provas são claras e configuram crimes que devem ser punidos, inclusive citando acusações de pedofilia.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado afirmou que, após ajustes no Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, houve consenso para equilibrar proteção infantil e liberdade de expressão. Apontou que as mudanças incluem: definição clara da autoridade responsável, criação de um rol específico de conteúdos proibidos, como exploração sexual, violência e pornografia; e restrição do direito de denúncia a pais, responsáveis, Ministério Público e entidades de



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

proteção, evitando abusos. Por fim, afirmou que o texto agora garante proteção real às crianças sem risco de censura.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada afirmou que a votação do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais é um marco histórico, estendendo direitos já previstos na Constituição (art. 227) para o ambiente das redes sociais. Destacou o trabalho do relator Jadyel Alencar, o apoio do Presidente Hugo Motta, das bancadas e da sociedade civil. Ressaltou que a proposição não trata de censura, mas de prioridade absoluta à infância, diante de abusos, exploração e desafios virtuais que já levaram à morte de crianças. Além disso, enfatizou que a proteção é dever do Estado, das famílias, da sociedade e também das empresas de tecnologia, que terão de assumir responsabilidade. Por fim, afirmou que o consenso no plenário mostra maturidade política e oferece às famílias brasileiras instrumentos concretos contra a pedofilia e a adultização digital, em defesa da infância e do futuro do país.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado parabenizou o Presidente da sessão, o Relator Jadyel Alencar, servidores e toda a Câmara pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, destacando que o resultado foi fruto do diálogo e do entendimento coletivo. Ressaltou que as divergências foram deixadas de lado em prol do bem comum, que é a proteção das crianças e adolescentes; e enfatizou que a aprovação representa uma vitória para pais, mães e para todo o povo brasileiro, garantindo a defesa de uma geração inteira.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada elogiou o relator Jadyel Alencar pela construção de consenso em torno do Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, mas fez um pedido adicional: incluir no texto a obrigatoriedade de reconhecimento facial (ou tecnologia equivalente) para a criação de páginas na Internet por menores de idade. Comparou à responsabilidade dos pais quando dão carro ou bebida a adolescentes, defendendo que é preciso identificar claramente quem cria contas para crianças. Por fim, destacou sua experiência anterior no combate a crimes na *deep web* e reforçou que o objetivo é impedir que o lucro seja obtido à custa do abuso infantil.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Na oportunidade, disse que a proposição reafirma a soberania nacional, ao submeter as plataformas digitais e *big techs* às leis e à Constituição brasileiras. Além disso, ressaltou que a liberdade de expressão não pode ser usada para acobertar crimes, como pedofilia e golpes. Concluiu que o projeto fortalece a democracia e protege crianças e adolescentes.



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada destacou que o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, não trata de censura, mas sim de proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Enfatizou que os riscos enfrentados por eles incluem cyberbullying, assédio, aliciamento, desafios perigosos, golpes e manipulações. Por fim, afirmou que regular a Internet significa torná-la mais segura, e proteger a infância jamais poderá ser confundido com censura, mas sim com cuidado e garantia do futuro do Brasil.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Na oportunidade, relatou a exposição precoce ao ambiente virtual, incluindo sua filha de 5 anos, e afirmou que a defesa da infância é pauta democrática, não ideológica. Por fim, destacou a mobilização da sociedade civil e o trabalho do Relator, ressaltando que o projeto combate pedofilia e exploração sexual *online*, garantindo mais segurança às novas gerações.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado denunciou como abusiva a ação da Polícia Federal (PF), autorizada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, contra o Pastor Silas Malafaia, relatando inclusive a apreensão de seu sermonário com anotações religiosas. Afirmou tratar-se de um caso grave de perseguição política e censura contra um líder religioso, o que extrapola todos os limites democráticos. Por fim, manifestou sua solidariedade ao Pastor e alertou para a gravidade do momento vivido pelo Brasil.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 2.628 de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, atende a um clamor da sociedade e à angústia das famílias, especialmente mães e avós, diante das ameaças às crianças no ambiente digital. Ressaltou que a proposta não restringe a comunicação ou a liberdade de expressão, mas garante segurança e proteção contra práticas nocivas ao desenvolvimento infantil. Por fim, defendeu que não há justificativa para ser contra a medida, cujo objetivo central é a proteção das crianças.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, elogiou o Relator Jadyel Alencar por construir um texto de consenso para proteger crianças no ambiente digital, destacando que o projeto atende ao clamor popular. Em seguida, criticou a ação da Polícia Federal (PF) contra o Pastor Silas Malafaia,



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), chamando-a de autoritária e ilegal, e afirmou que o Brasil vive um "Estado de exceção". Por fim, manifestou solidariedade a Malafaia e cobrou que o Congresso dê uma resposta firme à população.

Túlio Gadêlha (REDE - PE) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, propôs discutir a implementação de um *design* ético, que priorize o bem-estar infantil em vez da monetização. Por fim, criticou a contradição da Direita ao se dizer defensora da família tradicional enquanto a família Bolsonaro, segundo mensagens divulgadas, protagoniza ofensas entre pai e filho, questionando que exemplo isso oferece às crianças.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado comemorou a aprovação de seu relatório ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, chamando-a de vitória histórica do Parlamento. Além disso, destacou o diálogo com especialistas, bancadas e sociedade, ressaltando que o texto protege a infância sem restringir a liberdade de expressão. Por fim, agradeceu aos líderes e presidentes envolvidos e afirmou que a conquista demonstra a união suprapartidária em defesa do interesse público e das futuras gerações.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada reforçou sua proposta de incluir no Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, um mecanismo de identificação obrigatória na criação de páginas para menores na Internet, distinguindo-o do simples controle de acesso. Além disso, defendeu que seja possível responsabilizar quem cria a conta para a criança, já que ela própria não pode fazê-lo, e pediu ao Relator Jadyel Alencar que avalie a inclusão dessa medida no relatório, elogiando o consenso já construído em torno do texto.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado respondeu à Deputada Soraya Santos afirmando que a proposta de identificação por leitura facial já foi considerada pertinente e acatada no relatório do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Explicou que o mecanismo está contemplado nos dispositivos gerais, mas que fará um estudo final para avaliar a inclusão expressa no texto, reforçando sua abertura ao diálogo.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Na oportunidade, parabenizou o Presidente Hugo Motta e o Relator Jadyel Alencar pela condução da matéria. Por fim, defendeu também ampliar a regulação para combater crimes digitais como ataques à democracia, violência contra mulheres, racismo e xenofobia.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Na oportunidade, elogiou o Relator Jadyel Alencar, o Presidente Hugo Motta, os Líderes da Câmara pela construção do consenso, e ressaltou a autoria do Senador Alessandro Vieira.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, destacou a imposição de responsabilidades às plataformas, priorizando o direito das crianças acima do lucro. Ressaltou também o papel das famílias no acompanhamento e afirmou que o mundo virtual deve ter as mesmas regras do mundo real. Por fim, citou seus filhos e netos para reforçar a importância da medida, concluindo que a aprovação é um exemplo de dignidade e segurança para as novas gerações.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Comunicação ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, que dispõe sobre a



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, parabenizou o Presidente Hugo Motta pela sensibilidade em atender ao clamor da sociedade e conduzir a votação de forma unânime, além de destacar a escolha do Relator Jadyel Alencar, que soube negociar sem perder o cerne do projeto.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

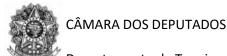
Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, solicitou a retirada de destaque apresentado à matéria.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada agradeceu ao Presidente Hugo Motta pela condução da votação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Também destacou a atuação do Relator Jadyel Alencar, das assessorias do Governo, do Ministério da Justiça e da Câmara dos Deputados. Ressaltou ainda que o resultado da deliberação representou um avanço para a proteção integral de crianças e adolescentes, assegurando às famílias que o Estado brasileiro não se manteria omisso diante de sua responsabilidade constitucional. Ademais, afirmou que a medida consolidou o compromisso com a prioridade absoluta prevista na Constituição e reforçou a defesa dos direitos humanos, celebrando o papel democrático do Parlamento no fortalecimento da infância no País.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, elogiou o Presidente Hugo Motta pela condução equilibrada dos trabalhos e o Relator Jadyel Alencar pela escuta ampla durante a construção do texto da matéria. Ressaltou que a aprovação do projeto representava uma vitória para milhões de brasileiros, ao enfrentar a exploração sexual de crianças e



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

adolescentes e o uso de imagens pornográficas para circulação mundial. Destacou que o Brasil liderava índices de venda desse tipo de material e que a nova legislação buscava reverter esse cenário. Enfatizou ainda a defesa da autoridade parental, da precedência dos parentes e da liberdade de expressão prevista na Constituição, classificando a votação como um grande momento para o Parlamento.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, parabenizou o Senador Carlos Viana pela presidência da CPMI do INSS e o Deputado Alfredo Gaspar pela relatoria. Afirmou que a Oposição saiu vitoriosa ao enfrentar o Governo com estratégia e firmeza e enfatizou ainda a necessidade de conduzir as investigações com responsabilidade, reforçando a defesa do interesse público.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais. Além disso, classificou como histórica a votação da matéria, destacando a importância da medida para a proteção de crianças e adolescentes. Em nome da Bancada Feminina, relembrou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e citou Deputadas Constituintes como Benedita da Silva e Lídice da Mata, ressaltando o encontro de gerações em defesa dos direitos humanos. Também denunciou o aumento da violência doméstica durante a pandemia e o uso de plataformas digitais para lucrar com a exploração infantil. Mencionou ainda o caso de Araceli Crespo, assassinada em 1973, como símbolo da urgência da causa. Ao concluir, citou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e reafirmou que não há espaço para transformar crianças em mercadorias, mas sim para garantir dignidade e futuro.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a proximidade entre o Presidente Lula e o empresário Rubens Ometto, controlador da Cosan e da Raízen, apontando que essa relação estaria por trás da proposta de a Petrobras voltar a investir no setor de etanol. Também lembrou encontros reservados entre Lula e Ometto, doações ao PT e medidas como a manutenção da tarifa de 18% sobre o etanol importado dos Estados Unidos, que beneficiariam a Raízen em detrimento do consumidor. Destacou que a Petrobras poderia injetar até US\$ 2,2 bilhões em um mercado já consolidado por empresas privadas, chamando a medida de "bailout disfarçado" para socorrer a Cosan, endividada em bilhões. Por fim, classificou a iniciativa como clientelismo e defendeu transparência no uso de recursos públicos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou a instalação da CPMI do INSS, afirmando que a comissão nasceu da indignação popular diante da morosidade, dos erros e da má gestão do órgão. Ressaltou o



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

protagonismo do partido NOVO na fiscalização e defendeu que essa atuação não representa oposição cega, mas compromisso com o uso responsável do dinheiro público e com a dignidade dos cidadãos que dependem da Previdência. Também ressaltou esperar que os trabalhos assegurem transparência e resultados concretos, reforçando que o Parlamento deve levar a investigação até o fim, independentemente de pressões políticas. Concluiu afirmando que o Brasil não suporta mais a ineficiência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a falta de respeito com os contribuintes.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado comentou os debates em torno da relatoria da CPMI do INSS e afirmou que, mesmo sem ocupar a função de relator, seguirá atuando com firmeza como membro titular da comissão. Ressaltou que o foco não deve se perder em disputas internas, mas estar voltado para os aposentados e pensionistas vítimas de fraudes, descontos indevidos e práticas criminosas que fragilizaram a confiança no sistema previdenciário. Destacou que participar da comissão é uma responsabilidade que transcende cargos, pois envolve a defesa da dignidade de cidadãos que contribuíram a vida inteira. Reiterou compromisso com independência e espírito público, defendendo a busca de soluções concretas para impedir novas injustiças contra beneficiários do INSS.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado destacou o Agosto Lilás como marco de reflexão e ação contra a violência doméstica, ressaltando a importância da Lei nº 14.542, de 2023, de sua autoria, que garante prioridade no atendimento pelo SINE a mulheres vítimas de violência. Lembrou que a lei reserva 10% das vagas de emprego a esse público, promovendo autonomia financeira como instrumento estratégico para romper ciclos de agressão. Criticou a ausência de regulamentação quase dois anos após a sanção, classificando a demora como violência institucional. Ademais, apontou que a dependência econômica é uma das raízes da vulnerabilidade feminina e que a lei, se efetivada, pode transformar vidas. Ao encerrar, fez um apelo aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para acelerar a implementação e reafirmou que cada emprego conquistado significa dignidade e libertação.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado registrou em plenário o "manifesto 99%", apresentado como resposta ao clamor popular por justiça social e econômica. Em seguida, apontou a desigualdade estrutural como obstáculo ao desenvolvimento do País e defendeu medidas imediatas, como o fim dos supersalários no serviço público, a isenção do imposto de renda para rendas até R\$ 5 mil e a tributação justa do 1% mais rico. Defendeu ainda a revisão do foro privilegiado, transparência radical nos gastos públicos, auditoria das contas, cobrança rigorosa de grandes devedores e o fim de subsídios a grupos já privilegiados. Também enfatizou a necessidade de independência no Judiciário e fiscalização popular ativa. Concluiu pedindo unidade da Câmara em prol de um Estado ético, justo e transparente.



Sumário da Sessão nº 155.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a promulgação da Lei nº 15.174, de 2025, originada do Projeto de Lei nº 5.688, de 2023, de sua autoria em parceria com o Deputado Weliton Prado, que instituiu a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano - HPV. Explicou que a nova lei estabeleceu diretrizes para prevenção, diagnóstico e tratamento, incluindo vacinação, exames especializados e ações intersetoriais de informação, além do estímulo a pesquisas e melhorias nos sistemas de notificação. Também destacou que o câncer de colo do útero mata uma mulher a cada 90 minutos no Brasil e que 90% dos casos poderiam ser evitados com vacinação, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Além disso, lamentou o veto presidencial ao exame sorológico, mas ressaltou que a essência da lei foi preservada e representa um avanço histórico para a saúde pública.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou a repercussão nacional do vídeo do influenciador Felca, que denunciou casos de exploração sexual infantil e adultização precoce nas redes sociais. Ressaltou que a denúncia resultou na prisão preventiva de Hytalo Santos e de seu parceiro; na desmonetização de conteúdos com menores; e na proibição de contato com as crianças envolvidas. Em seguida, enfatizou que o caso trouxe visibilidade ao tema, incentivou denúncias — que aumentaram 114% segundo a SaferNet — e mobilizou organizações como Instituto Liberta e Abrinq. Observou ainda que as investigações abrangem crimes como tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho infantil irregular, e que o episódio impulsionou projetos de lei, conhecidos como "Lei Felca", para fortalecer a proteção de menores na Internet, defendendo ações concretas e regulamentação rigorosa.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou a realização de audiência pública na Comissão de Legislação Participativa sobre a inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho, reunindo especialistas, entidades e sociedade civil. Abordou barreiras enfrentadas por pessoas autistas, que muitas vezes se sentem "estranhas" para vagas gerais e "normais demais" para vagas reservadas a pessoas com deficiência, além do impacto do diagnóstico tardio em adultos. Citou o Projeto de Lei nº 5.499, de 2023, que cria a Política Nacional de Proteção às Pessoas Neurodivergentes, destacando a necessidade de critérios claros e programas de acolhimento. Ademais, reafirmou compromisso com inclusão e valorização das diferenças, e parabenizou as Apaes que recentemente comemoraram aniversário pelo trabalho em prol da autonomia e dignidade das pessoas com deficiência.

André Abdon (PP - AP) - O Deputado abordou a crescente adultização de crianças no Brasil, enfatizando a exposição precoce a conteúdos e situações que favorecem o aliciamento e a exploração sexual infantil. Nesse sentido, citou projetos em tramitação, como o Projeto de Lei nº 2.810, de 2025, que aumenta penas para crimes sexuais contra vulneráveis; o Projeto de Lei nº 3.903, de 2025, voltado à prevenção da adultização



Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 20/08/2025

online; e o Projeto de Lei nº 3.851, de 2025, que atualiza o Marco Civil da Internet e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para coibir pornografia infantil. Também destacou o aumento de denúncias, como 72 mil casos de exploração sexual infantil na Internet em 2023 e mais de 53 mil estupros de crianças abaixo de 14 anos em 2024, ressaltando a subnotificação. Além disso, reforçou a necessidade de ação rápida do Parlamento, responsabilização das plataformas digitais, conscientização de pais e educadores e atuação de órgãos de proteção para garantir a infância.

Lêda Borges (PSDB - GO) - A Deputada abordou a adultização precoce de crianças, enfatizando que a exposição desassistida a dispositivos digitais e redes sociais aumenta a vulnerabilidade a conteúdos indevidos e crimes sexuais. Sobre o assunto, citou dados alarmantes: 87.545 estupros em 2024, sendo 76,8% contra menores de 14 anos, e quase 53 mil denúncias de exploração sexual infantil na Internet. Também destacou o papel de plataformas digitais e a necessidade de sua responsabilidade, bem como de políticas públicas de educação digital, fortalecimento de Conselhos Tutelares e Delegacias de Crimes Cibernéticos. Ademais, ressaltou a importância da família e da sociedade na proteção da infância, citou o vídeo do influenciador Felca como alerta e conclamou a criação de uma agenda legislativa ampla para preservar a infância.

ENCERRAMENTO